

verbo.

Revista da ABEU – Associação Brasileira de Editoras Universitárias – **n. 4** agosto 2008

**Os 20 ANOS DA ABEU E A PRODUÇÃO
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS
LEILAH BUFREM**

**CLAUDIO GIORDANO E A
OFICINA DO LIVRO
RAQUEL PAULINO E
TIAGO ARCHELA**

**ENTREVISTA COM HENRYK SIEWIERSKI
MANUEL DA COSTA PINTO**

**JOSÉ OLYMPIO, A CASA DOS LIVROS
MARCELLO ROLLEMBERG**

**BIBLIOTECA BÁSICA DE LITERATURA
IVAN TEIXEIRA**

Missão formadora

É muito sério o papel das editoras universitárias no Brasil. Afinal, são elas que têm a missão de levar ao público leitor títulos e autores de todas as áreas do saber pelos quais, muitas vezes, as editoras privadas não demonstram tanto interesse. Preencher essa lacuna do conhecimento, apesar do que as rígidas regras do mercado podem ditar, é uma das principais e mais importantes missões das editoras universitárias. E essa missão tem sido cumprida à risca.

Para se ter uma idéia, a ABEU congrega hoje 106 editoras que, juntas, já publicaram mais de 22 mil títulos. Trata-se de um número expressivo e que demonstra bem o papel que essas casas editoriais, de Norte a Sul do País, têm desempenhado. E mostra, de forma inequívoca, que estamos no caminho certo e que há público, sim, para estas publicações mais específicas, que podem não entrar nas listas de *best-sellers*, mas que são preponderantes para a construção do edifício cultural de um país.

Mas não basta publicar bons e importantes livros. Deve-se, também, divulgá-los e apresentar constantemente as idéias que norteiam as editoras que preparam. Uma editora universitária não visa, prioritariamente, o mercado, o lucro, e sim a divulgação e a disseminação do saber e da cultura. Essa é sua missão precípua. E é justamente para poder colaborar nessa empreitada – nem sempre simples, nem sempre fácil, mas essencial – que a ABEU publica esta *verbo*. que você tem agora em mãos.

Mais do que ser um veículo de comunicação da nossa Associação, ela é um disseminador de idéias e uma caixa de ressonância de tudo o que acontece de mais importante no mundo do livro. Nesta edição, por exemplo, o leitor encontrará um alentado ensaio da professora e pesquisadora Leilah Bufrem acerca do papel formador das editoras universitárias e das duas décadas da ABEU, apresentando um importante painel histórico da evolução do mercado editorial brasileiro ao longo dos anos. Já o jornalista e crítico literário Manuel da Costa Pinto colabora com uma entrevista com Henryk Siewierski, ex-editor da Editora da UnB, e com uma resenha do livro *The Printing Press as an Agent of Change*, de Elizabeth Eisenstein. O editor e bibliófilo amador Claudio Giordano, que doou todo o acervo da sua Oficina do Livro para a Unicamp, é perfilado por Raquel Paulino e Thiago Archela, enquanto o professor Ivan Teixeira – hoje dando aulas na Universidade do Texas – apresenta uma “biblioteca básica” para todos aqueles que desejam conhecer mais sobre literatura.

Se é de suma importância que as editoras universitárias se esforcem cada vez mais para produzir livros de qualidade para a comunidade acadêmica, em particular, e para o público, em geral, também é muito importante que elas possam contar com um veículo como a *verbo*., que apresente seus novos títulos e discuta as idéias que norteiam seu fazer cultural. Boa leitura.

PLINIO MARTINS FILHO

diretor de comunicação da Abeu

O livro na pesquisa

Um recente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Editoração da Escola de Comunicações e Artes da USP (ECA/USP) teve o livro e o universo editorial como objetos de estudo. A aluna Bárbara Guimarães Borges, orientada pelo professor Plínio Martins Filho, apresentou o trabalho *Um novo cenário para o negócio do livro*, no qual ela apresenta um pouco da história da formação dos principais conglomerados editoriais do mundo, falando das novas políticas administrativas e editoriais implantadas por eles, e o interesse de editoras estrangeiras no mercado editorial brasileiro, que culminou com a recente implantação de grupos espanhóis no Brasil. Além disso, Bárbara relata também a transformação das editoras brasileiras, que estão deixando de ser administradas por grupos familiares para dar início a um novo período de profissionalização.

Editoras de universidades públicas

A diretora da Universidade Federal de Viçosa, Rizele Maria de Castro Reis, apresentou em abril uma monografia que faz um importante raio-x do papel das editoras públicas no Brasil. Apresentada como exigência parcial para a conclusão da Pós-Graduação *lato sensu* em Gestão Pública nas Faculdades Integradas de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, a pesquisa *O Processo Editorial nas Editoras Vinculadas a Universidades Públicas Federais Brasileiras – Um Diagnóstico Multicaso* discorre sobre o papel fundamental dessas editoras, principalmente no que diz respeito à captação e seleção de obras. Para tal, Rizele pesquisou 11 editoras universitárias de todo o país.

Um painel da leitura no Brasil

O Instituto Pró-Livro promoveu, no último dia 28 de maio, a segunda edição da pesquisa "Retratos da Leitura no Brasil", com o objetivo de conhecer o comportamento leitor da população brasileira e comparar com os resultados da primeira pesquisa, realizada há sete anos. E o retrato apresentado ao final da pesquisa é bem colorido, apesar de metodologias diferentes nas duas pesquisas. Por exemplo, a antiga marca de o brasileiro ler 1,8 livro por ano foi substituída por um número mais expressivo: 4,7 livros por ano. E alguns dados fornecidos pela pesquisa revelam que o jovem em idade escolar é o que mais lê: leitores entre 5 e 15 anos de idade representam 56% da parcela leitora brasileira. E as mulheres lêem mais do que os homens – eles lêem 4,1 livros por ano, enquanto elas se debruçam sobre 5,3 livros no mesmo período. Mais informações no site www.prolivro.org.br.



Compromisso acadêmico

Manuel da Costa Pinto

“A Editora UnB não é uma prestadora de serviços editoriais para UnB, mas uma editora comprometida com a comunidade acadêmica nacional.” Essa declaração de Henryk Siewierski mostra o difícil equilíbrio em que procuram se manter as editoras universitárias brasileiras em meio a demandas opostas: inserir-se no mercado sem desvirtuar sua linha editorial, atender o público universitário sem se limitar à produção acadêmica ou ceder às pressões políticas da universidade a que estão vinculadas.

Diretor da Editora UnB de 2005 até o primeiro semestre deste ano, Siewierski conta na entrevista a seguir a história desse projeto pioneiro, cuja origem remonta ao início dos anos 1960, época da criação da Universidade de Brasília, tendo como primeiro reitor o antropólogo Darcy Ribeiro.

De lá para cá, a Editora UnB consolidou um catálogo com clássicos das ciências humanas, mas também passou por períodos de estagnação (durante as intervenções ocorridas na universidade após o golpe militar de 1964) e momentos de turbulência (como as recentes denúncias contra o reitor Timothy Mulholland, que levaram à sua demissão e à consequente saída de Siewierski da editora).

Nascido em Wrocław, na Polônia, Siewierski formou-se em letras na Universidade Jaguelloniana de Cracóvia, onde também foi professor. Nos anos 1981-1986, lecionou na Universidade de Lisboa e, desde 1987, é professor no Departamento de Teoria Literária e Literaturas da Universidade de Brasília.

Tradutor, autor de *História da Literatura Polonesa*, pela própria Editora UnB, ele dirige para a editora a coleção Poetas do Mundo, com dez livros publicados até agora (como o francês Francis Ponge, o marroquino Tahar Ben Jelloun e o também polonês Czesław Miłosz). Essa afinidade com a poesia, aliás, não se restringe ao trabalho acadêmico de Henryk Siewierski, que recentemente lançou o livro de poemas *Outra Língua*, pela Ateliê.



verbo.

Como surgiu a Editora UnB e quais as mudanças de linha editorial ocorridas ao longo de sua história?

HENRYK SIEWIERSKI — A Editora Universidade de Brasília foi criada como órgão suplementar da Universidade de Brasília em dezembro de 1961. Teve momentos gloriosos, como a publicação, logo no início, da Coleção Biblioteca Brasileira Básica, idealizada pelo reitor Darcy Ribeiro. Entre os dez volumes iniciais que saíam com tiragem de 15 mil exemplares cada, encontram-se obras canônicas como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, *Casa-Grande & Senzala*, de Gilberto Freyre ou *A Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado. O período turbulento depois do golpe militar fez com que a editora não conseguisse manter o destaque que tinha conquistado no mercado. No fim dos anos 1970, quando o diretor do Conselho era o professor Carlos Henrique Cardim, a editora entra num ritmo mais acelerado, publicando livros de impacto nacional, como *Da Violência*, de Hannah Arendt.

O que ocorre no período de redemocratização do país e da UnB?

HENRYK SIEWIERSKI — Nos anos 1980 começa uma fase de muitas publicações, mas também de críticas, às vezes bastante severas, em relação à linha editorial, que apontam o conservadorismo político e social na escolha dos títulos e a falta de publicações da produção própria da UnB. Com a redemocratização da UnB, em 1985, vem uma nova etapa, marcada pela abertura à diversidade das linhas do pensamento na seleção das obras, pela valorização da produção própria da UnB, bem como pela busca da autonomia administrativa e financeira. A história da Editora Universidade de Brasília, que em breve será uma cinquentona, é riquíssima e fascinante. Ao nos prepararmos para as comemorações dos cinquenta anos, começamos um projeto de resgate desta história, mas infelizmente, com as turbulências ocorridas na UnB, este e outros projetos foram, contra a nossa vontade, interrompidos ou, espero, apenas suspensos.

Quais livros ou coleções o senhor destacaria no catálogo da editora?

HENRYK SIEWIERSKI — São muitos os livros que merecem destaque, mas vou escolher só três: *Dicionário de Política*, de Norberto Bobbio, livro muito procurado, com várias reimpressões, cuja nova edição atualizada começamos a preparar há pouco tempo; *História da Política Exterior do Brasil*, de Amado Luiz Cervo e Clodoaldo Bueno; e, entre as traduções mais recentes, *Ecocrítica*, do autor inglês Greg Garrard. Quanto às coleções, certamente a Coleção Clássicos IPRI, ou seja, clássicos do pensamento político e das relações internacionais. Editada em parceria com o Instituto de Pesquisa de Relações Internacionais e a Imprensa Oficial de São Paulo, a série se destaca pelo

papel que tem para as respectivas áreas acadêmicas no Brasil. Nas coleções de Comunicação e de Antropologia saíram títulos significativos que tiveram boa repercussão. A coleção Poetas do Mundo, com dez livros publicados até agora, foi bem-aceita pelos amantes da poesia. Recentemente iniciamos duas novas coleções: Brasília 50 Anos, com a publicação da obra *O Capital da Esperança. A Experiência dos Trabalhadores na Construção de Brasília*, de Gustavo Lins Ribeiro, e a coleção Letras & Idéias, cujo primeiro título foi o livro *João Cabral: A Máquina do Poema*, de Benedito Nunes, organizado por Adalberto Müller. Foi aprovado também o projeto da coleção Engenharia e Ecologia. Dos livros quase prontos para sair, destacaria uma tradução do alemão da obra ainda inédita no Brasil de Hermann Keyserling, *Meditações Sul-americanas*.

Quais os principais entraves da gestão da editora?

HENRYK SIEWIERSKI — Na minha experiência foram a falta da autonomia financeira, a dificuldade de obtenção dos recursos para as reedições e a dependência demasiada da administração central da universidade.

A Editora UnB faz co-edições? Em caso afirmativo, quais os critérios de escolha dos títulos e das co-editoras? Como se dá a parceria (divisão de tarefas, divisão de custos etc.)?

HENRYK SIEWIERSKI — A editora fazia no passado co-edições com muita frequência, dividindo as tarefas e/ou os custos com outras editoras, principalmente comerciais ou em parceria com instituições públicas ou privadas. Na minha gestão, qualquer proposta de co-edição vinda de fora foi avaliada pelo Conselho Editorial quanto à qualidade da obra e sua inserção ou não na nossa linha editorial. A divisão de custo, de tarefas e da tiragem foi sempre negociada no espírito de paridade. Tomamos também algumas iniciativas de co-edição, principalmente com as editoras universitárias (Editora da UFBA e Edusp).

Como se dá a interação entre a equipe editorial/administrativa e o Conselho Editorial?

HENRYK SIEWIERSKI — Seguindo o Regimento da UnB, que determina serem os diretores dos órgãos complementares presidentes dos seus respectivos conselhos, no início da minha gestão assumi também a presidência do Conselho. Esse talvez não seja o modelo ideal, mas na fase de mudanças e de definição dos novos rumos da editora que vivemos, funcionou bem, contribuindo para agilização dos procedimentos e para relação harmoniosa entre equipe editorial/administrativa e o conselho editorial.

Qual é a relação entre a reitoria da universidade e a diretoria da editora? Existe ingerência da comunidade acadêmica?

HENRYK SIEWIERSKI — Embora a editora não estivesse entre

as prioridades da reitoria (pelo menos essa foi a minha avaliação), as relações eram satisfatórias, afinal o cargo do diretor da editora é o cargo de confiança do reitor. Publicamos vários livros que resultaram dos projetos desenvolvidos no âmbito da reitoria, especificamente a série Em Questão, promovida pelo Laboratório do Futuro. Houve vários casos em que os professores, em vez de encaminhar as suas propostas de publicação diretamente para a editora, as encaminhavam para o reitor, contando com a sua influência. Mas é preciso dizer que ele deixava sempre bem claro que a decisão pertence ao Conselho Editorial e nunca houve nenhum tipo de ingerência da sua parte. Houve sempre uma demanda significativa de publicação da parte da nossa comunidade acadêmica, alguns colegas achando até que os professores da casa deveriam ser privilegiados, mas a nossa posição era contrária a esse e a qualquer outro tipo de privilégios, considerando que

a Editora UnB não é uma prestadora de serviços editoriais para UnB, mas uma editora compromissada com a comunidade acadêmica nacional.

Também uma parte significativa das nossas publicações são traduções, tanto dos clássicos como das obras mais recentes. Mesmo assim, dos cinquenta livros publicados no ano passado quase metade foram os livros de autoria dos professores da UnB.

Como avalia sua gestão e quais os motivos de sua saída?

HENRYK SIEWIERSKI — Nomeado, no final de 2005, diretor da Editora UnB, assumi a responsabilidade pelo seu projeto editorial, ou seja, exclusivamente pela edição, promoção e distribuição de livros. Para executar atividades de planejamento, coordenação e administração de recursos humanos, orçamentários, financeiros e materiais da Editora UnB, foi criada pelo reitor, no início de 2006, em caráter provisório, a Diretoria-Executiva e nomeado o diretor anterior da editora como o diretor-executivo.

A editora, que anteriormente administrava vários projetos de captação de recursos, foi reestruturada em dois pólos no início de 2006: a Editora UnB propriamente dita e o Núcleo de Negócios e Serviços (NNS), transformado em 2007 em Agência de Desenvolvimento Institucional (ADI). O NNS e, posteriormente, a ADI, que pos suíam sua própria estrutura administrativa e seu próprio gestor, o mesmo diretor-executivo da editora, destinavam uma parte dos recursos captados por meio de gerenciamento dos projetos para complementar os recursos obtidos da comercialização dos livros e de patrocínios, insuficientes para a manutenção da editora e realização

do seu programa de edições e reedições. Para o início de 2008 estava prevista a separação definitiva entre a editora e a ADI; com isso, havia expectativa de que a editora teria o seu orçamento definido e garantido dentro do orçamento da UnB, não dependendo mais dos recursos de captação da agência.

Entretanto, esse processo foi interrompido. Como aconteceu?

HENRYK SIEWIERSKI — As mudanças ocorridas no final de 2005 iniciaram o processo não só de separação da editora dos projetos não-editoriais e o fortalecimento do seu Conselho Editorial como também uma nova fase na busca da excelência das suas publicações e reformulação do seu projeto editorial. Foram dois anos e meio de um sonho de colocar essa casa editorial nos novos trilhos, contribuir para que ela fosse uma editora grande e respeitada, não necessariamente pelo volume das publicações, mas pela sua qualidade e pela seriedade e honestidade em todos os níveis do seu funcionamento. Foi um sonho compartilhado pelos colegas da equipe editorial e do conselho, um sonho que muitos já sonharam e realizaram nesta editora antes. E foram anos de muito trabalho. Também de vários sucessos e alegrias. Por isso a minha avaliação desses anos só pode ser positiva. Esse sonho e esse trabalho foram, no entanto, interrompidos em circunstâncias traumáticas, por motivos independentes de mim e da nossa equipe. No fogo cruzado das denúncias que envolveram a reitoria e a forma que ela determinou para manter a editora, o seu nome sofreu graves prejuízos. Ficamos estarecidos ao ler nos jornais que, por exemplo, a editora gastou R\$ 50 milhões com cinquenta livros, enquanto fizemos tudo para que os gastos fossem mínimos, e o total das nossas despesas com a produção de 82 livros e três revistas foi em torno de R\$ 2,5 milhões. O afastamento do reitor, do vice e dos decanos, e a nomeação do reitor *pro tempore* resultaram em nomeação por ele do novo diretor da editora, uma vez que é um cargo de confiança do reitor.

Como avalia a situação e a importância das editoras universitárias brasileiras?

HENRYK SIEWIERSKI — As editoras universitárias no Brasil têm um papel importantíssimo a cumprir, não só pela sua quantidade, mas também pelas limitações das alternativas de publicação de obras acadêmicas e científicas. Pelo que sei, esse papel está sendo cumprido com um enorme esforço e muita dedicação de muitos dos quadros editoriais, em condições difíceis e, mesmo assim, com resultados muitas vezes excelentes. Acredito que, falando em termos gerais, se houvesse maior profissionalização, menor politização e maior autonomia das editoras universitárias, elas poderiam cumprir o seu papel ainda melhor.

José Olympio, a Casa e o Homem

Marcello Rollemberg

O trabalho editorial no Brasil é, historicamente, autoral. Editora e editor se confundem, muitas vezes, em uma mesma figura. Há vários casos ilustrativos, como o de Ênio Silveira e sua *Civilização Brasileira*, Octalles Marcondes e a Companhia Editora Nacional, Caio Prado Junior e Caio Graco Prado na Brasiliense, Jorge Zahar com a editora que leva seu nome. Os exemplos são múltiplos. Mas de onde vem essa gênese, esta figura ímpar de editor que sabe aglutinar como poucos bons autores à sua volta e dar personalidade quase humana a uma casa editorial? Se formos mapear o DNA do mercado editorial brasileiro, encontraremos a figura de José Olympio, o homem que nos hoje longínquos anos 30 teve a coragem de ousar. E em várias frentes. A ousadia de JO – como se tornaria conhecido, graças ao apelido criado por Gilberto Freyre – surge ao abrir, inicialmente em São Paulo e depois no Rio de Janeiro, sua livraria e editora em um país permeado em todas as latitudes pelo analfabetismo. Depois, ao investir em autores novos ou ainda pouco conhecidos (muitos deles nordestinos) – e que hoje são ícones da literatura brasileira, como José Lins do Rego. E, finalmente, investir em apuro gráfico e editorial e em um marketing absolutamente inéditos para a época. Pode-se dizer que José Olympio inaugurou uma fase profissional da edição de livros no país.

Para conhecer melhor essa trajetória de sucesso e de muitos percalços, também, deve-se dar uma especial atenção ao livro *Rua do Ouvidor, 110*, da jornalista Lucila Soares. Lançado em 2006 para comemorar os 75 anos de criação da livraria, em uma co-edição da Biblioteca Nacional e a José Olympio Editora (hoje pertencente a um conglomerado capitaneado pela Record), o volume traz uma série de casos e histórias referentes ao período áureo da editora e da livraria – que funcionava justamente no endereço referenciado no título do livro, no centro do Rio –, entre os anos 30 e 50. E poucas pessoas teriam tamanha familiaridade para falar sobre o tema do que Lucila. Neta de José Olympio, ela não só teve acesso a documentos essenciais para realizar seu trabalho, mas fez também bom uso da memória para relatar casos pitorescos que envolviam a figura do avô. José Olympio já havia ganho, em 2001, uma alentada biografia, escrita por Antonio Carlos Villaça e publicada pela Thex Edi-



Rua do Ouvidor, 110 de Lucila Soares

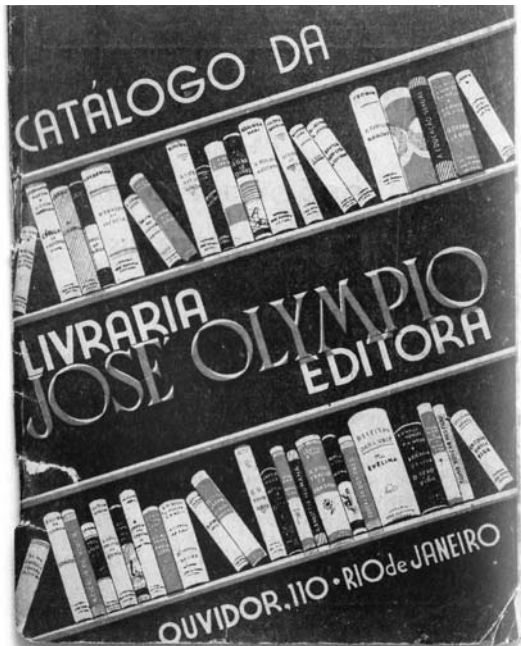
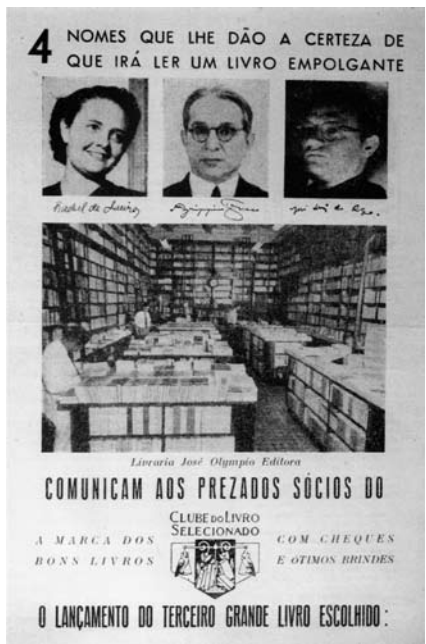
José Olympio Editora e Biblioteca Nacional
232 pág. – R\$ 40,00

tora. Mas se essa enveredava pela biografia *comme il faut*, o trabalho de Lucila abrange um universo mais amplo e mais curioso, sem perder, contudo, o rigor da pesquisa.

Confraria do “fundão”

Essa história começa em 29 de novembro de 1931, quando o paulista de Batatais José Olympio Pereira Filho comprou o acervo do advogado e bibliófilo Alfredo Pujol, uma biblioteca de dez mil volumes. Foi o início de seu empreendimento editorial e o que possibilitou a criação das duas casas que o tornaram célebre – a livraria e a

verbo.



José Olympio, Guimarães Rosa e Negrão de Lima, no dia da posse na ABL, 16 nov. 1967.

editora. Depois de ter sido gerente da elegante Livraria Garraux — que também marcou época em São Paulo —, essa era a oportunidade de José Olympio começar seu próprio negócio. Dinheiro ele não tinha, mas possuía muita visão e determinação. Graças a empréstimos conseguidos com uma centena de amigos — e rapidamente pagos —, ele adquiriu a biblioteca de Pujol e começou a crescer. Em 1934, transferiu sua híbrida Livraria José Olympio Editora para o Rio de Janeiro, para o endereço mítico da rua do Ouvidor e, de quebra, começou uma revolução no mercado editorial brasileiro. José Olympio, por exemplo, ainda em 34, fez o que se pode chamar de proposta indecente para o paraibano José Lins do Rego: uma edição de *Menino de Engenho* na casa dos 5 mil exemplares, e outros 10 mil de *Bangüê*. A proposta beirava a insanidade, levando-se em conta que as tiragens médias no Brasil daquela época giravam entre 500 e 1000 exemplares. Dois mil, só quando o livro era um sucesso garantido — e mesmo assim pairavam dúvidas. Mas a aposta deu certo.

Além disso, José Olympio oferecia polpudos adiantamentos de direitos autorais, o que fazia a alegria de escritores como o próprio Zélin, Sérgio Buarque de Holanda — que publicou na Editora seu *Raízes do Brasil* —, Graciliano Ramos, entre tantos outros. No livro de Lucila, fartamente ilustrado, há o fac-símile — datado de 1936 — do recibo de Sérgio Buarque de um adiantamento de “três contos de réis”, o que não chegava a ser uma fortuna, mas fazia a alegria de homens com muitas idéias na cabeça e pouco dinheiro no bolso. Com empreendimentos como esse — que lhe custariam caro décadas mais tarde —, José Olympio prestou um imenso favor às letras brasileiras (e não só a seus autores): ele começou a inocular nos leitores o gosto pela literatura nacional, afastando-o de títulos e escritores importados, principalmente da França e de Portugal.

Mas José Olympio e sua Casa — como ele chamava a livraria/editora — tiveram outro mérito: o condão de atrair para aquele endereço do centro do Rio uma gama de autores que poderiam, muito bem, vestir o fardão da Academia e sair para tomar chá na Colombo (muitos deles, na verdade, acabaram mesmo por envergar a vestimenta verde da Casa de Machado de Assis). Era lá que se reuniam quase que diariamente — mais especificamente no fundo da livraria — para conversar, discutir literatura e política (de futebol pouco se falava, apesar dos protestos do flamenguista roxo Zélin) e até para abrigar nomes que mais tarde se tornariam verbetes de qualquer enciclopédia de literatura brasileira: os já citados José Lins do Rego e Graciliano, e mais Carlos Drummond de Andrade, Rachel de Queiroz, Marques Rebelo, Manuel Bandeira, Herman Lima, Dinah Silveira de Queiroz, Adalgisa Nery, Lúcia Miguel Pereira, Octavio Tarquínio de Souza e muitos outros, além de artistas como Cícero Dias e Portinari, contratados para criar as bem elaboradas (e inovadoras) capas dos livros de JO.



Fachada da antiga livraria José Olympio.

Além do mais, o editor tinha um viés, por assim dizer, eclético e democrático: nomes que não se bicavam fora do ambiente da livraria, ali conviviam harmoniosamente. E não era para menos. José Olympio publicava com o mesmo apuro e prazer tanto romances de gente com pendões para a esquerda como Graciliano e Jorge Amado como discursos de Getúlio Vargas e textos do integralista Plínio Salgado. E entre aquelas quatro paredes apinhadas de livros, as diferenças ideológicas eram momentaneamente esquecidas.

Apuro gráfico

Ao longo das poucas mais de duzentas páginas do livro de Lucila Soares, trava-se contato com histórias como essas e de muitas outras, nas quais os irmãos de JO — que formavam com ele a “Família Olímpica Pereira” e que ajudaram o editor não a construir apenas um portento editorial, mas sim uma lenda — e outros funcionários da Casa têm papel destacado. Passa-se a conhecer, também, os problemas financeiros que levaram José Olympio, primeiro, a fechar a livraria e, depois, nos anos 70, a acabar falindo e ver sua editora ser encampada pelo BNDES — para depois ser adquirida pelo Grupo Record, que manteve o selo, mas

não necessariamente o espírito da casa — esse ficou com o próprio José Olympio, morto em 1991, e com as correspondências trocadas pelo editor e muitos de seus autores e amigos, hoje no acervo da Casa de Ruy Barbosa, no Rio.

Além de histórias saborosas e muito bem contadas, o livro de Lucila Soares traz outro ingrediente de atração: o apuro gráfico do projeto criado por Isabella Perrotta com o qual o livro foi concebido, em todos os detalhes uma homenagem à antiga editora-personagem. Desde os títulos que abrem os subcapítulos, feitos em fontes dos anos 1930 e que remetem ao elegante letreiro *art déco* que encimava o portal da livraria, até as vinhetas que ornamentam as páginas, como a palmeira que abre cada capítulo — criada originalmente por Luís Jardim para a capa de *Raízes do Brasil* — e a pena e o tinteiro que acompanham a numeração das páginas, que ilustravam originalmente a capa de *A Sala da Capela*, de Vivaldo Guaracy, editado pela Casa em 1933. Trata-se de uma justíssima homenagem a um empresário que ousou em uma fatia de mercado que, até hoje, poucos ousam, e que acreditou e levou às últimas consequências a máxima cunhada por Monteiro Lobato: “Um País e faz com homens e livros”. José Olympio fez a sua parte.

Revolução silenciosa

Manuel da Costa Pinto

Tudo aluno de ensino elementar aprende que a diferença entre a pré-história e a história se deve à aquisição da escrita, à passagem de uma cultura oral – cujos acontecimentos são transmitidos de geração em geração, estando inevitavelmente sujeitos a acréscimos e distorções no tempo da rememoração – para uma cultura que deixa registros mais seguros de cada período, registros que passam a valer como fontes primárias para o estudioso do passado.

Essa distinção assinala um dos acontecimentos capitais da aventura humana. A lenda e o mito cedem lugar ao fato, modificando a noção de verdade: aquilo que parecia uma evidência, ou uma verdade revelada pela tradição, é substituída por uma forma menos categórica de enredo, pois sujeita a variações e interpretações – mesmo que sejam variações e interpretações de lendas e mitos, como pode constatar qualquer leitor da *Ilíada* ou da Bíblia.

Existe, porém, uma outra distinção, ocorrida já no interior da história (ou seja, da cultura escrita), que rivaliza em importância com essa narrativa de longo curso: a passagem da letra manuscrita para a letra impressa. Esse é o tema de *The Printing Press as an Agent of Change* (*A Imprensa como Agente de Transformação*), da historiadora norte-americana Elizabeth L. Eisenstein.

Publicado originalmente em 1979 em dois tomos, depois reunidos num único volume pela Cambridge University Press, trata-se de estudo clássico, que inaugurou uma nova maneira de compreender a era moderna. Especialista em Revolução Francesa, a autora procura corrigir, senão uma distorção, ao menos uma miopia historiográfica: a relativa indiferença que seus colegas sempre ostentaram em relação ao impacto da invenção dos tipos móveis por Gutenberg, na primeira metade do século XV.

Bem entendido, nenhum historiador ignora o efeito da criação da imprensa e sua importância como instrumento de difusão do conhecimento. Quebra do monopólio intelectual da Igreja e surgimento de uma opinião pública; estímulo à alfabetização e emergência de um “leitorado”; produção impressa em escala industrial e nascimento de um gênero literário (o romance de folhetim) que utiliza o suporte do jornal diário – esses são alguns elementos que culminam

naquilo que Eisenstein denominou “República das Letras”.

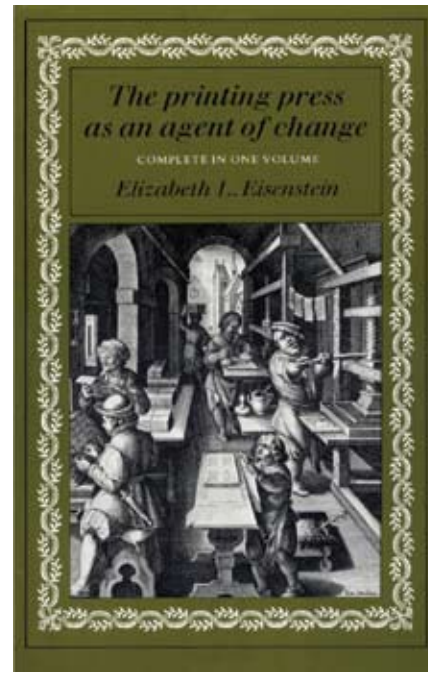
A expressão logo se difundiu, caracterizando uma nova fase da humanidade. Não é certamente casual que anos depois a historiadora Dena Goodman tenha lançado *The Republic of Letters: A Cultural History of the French Enlightenment* – livro de 1994 sobre o iluminismo francês – e que o celebrado Robert Darnton tenha publicado vários títulos sobre o papel de editores e livreiros como personagens de um mundo apartado da cultura oficial, responsáveis por criar condições materiais para a divulgação de idéias que viriam a corroer o *ancien régime* (*Best-sellers Proibidos da França Pré-Revolucionária, O Iluminismo como Negócio e Edição e Sedição – O Universo da Literatura Clandestina no Século XVIII*).

A diferença fundamental é que, enquanto autores como Darnton ou Roger Chartier inserem o advento do livro como um capítulo da história das mentalidades, como um suporte físico para circulação (e comercialização) de idéias num mundo laicizado (e mercantil), Eisenstein foca as modificações introduzidas pelo texto impresso na própria maneira de pensar.

Sem que sua abordagem seja necessariamente marxista, a historiadora faz uma análise materialista do papel do livro como um agente transformador das relações sociais – um agente tão importante na determinação das superestruturas (produção de conhecimento, formação de uma consciência científica) quanto as relações de trabalho o são para as infra-estruturas (segundo o jargão marxista).

E, continuando tal paralelo, assim como a acumulação de capital passa a ser um elemento decisivo no desenvolvimento do capitalismo moderno, Eisenstein afirma que aquilo que muda no panorama da cultura ocidental a partir da prensa de Gutenberg é a possibilidade de acumular conhecimento de um modo até então inédito.

Não se trata simplesmente de uma mudança no *Zeitgeist*, no espírito da época, – mas de uma mudança bastante concreta da relação que há entre o tempo do trabalho intelectual e sua base material. Eisenstein não poupa críticas a historiadores que se limitam a descrever a substituição do escriba pelo impressor nos termos de uma idealização do trabalho do artífice, contraposto



***The Printing Press as an Agent of Change* Elizabeth L. Eisenstein**

Cambridge University Press

794 pág. – R\$ 150,00

ao processo de reprodução mecânica introduzido pelos tipos móveis.

Um de seus alvos, aliás, é um dos maiores clássicos dos estudos literários: *Literatura Européia e Idade Média Latina*, de Ernest Robert Curtius. Segundo Eisenstein, Curtius nos dá uma idéia romântica do escriba e de sua forma “diligente”, “amorosa”, de copiar os manuscritos, ignorando evidências de que as cópias eram freqüentemente fragmentárias e continham inúmeros erros. Além disso, ela cita uma passagem na qual o filólogo alemão afirma que nossa civilização “modernizou as estradas de ferro, mas não o sistema de transmissão da tradição”, quando, para a pesquisadora norte-americana, está claro que “a transmissão das tradições literárias foi ‘modernizada’ muitos séculos antes da máquina a vapor”.

Para a autora de *The Printing Press as an Agent of Change*, a imprensa acarreta completa transformação não apenas na qualidade do texto final, do incunábulo (livros impressos de 1450 a 1500), mas da própria maneira de produzir o texto a ser impresso. Escribas antigos e medievais despendiam enorme energia no trabalho de procurar documentos, decifrar e copiar manuscritos – com

resultados proporcionalmente decepcionantes, seja pelo volume de uma produção que só atendia a um público de teólogos, juristas e de uma pequena elite, seja pela limitada capacidade (dentro desse lento e meticuloso processo) de acrescentar novos conhecimentos.

A partir do século XV, ao contrário, os estudiosos de algum modo se libertam das amarras do processo de cópia. Passam a ter à disposição um tempo agora destinado à revisão das diferentes versões possíveis de um texto e, acima de tudo, à leitura de um número maior de livros.

É importante salientar isso: Eisenstein não está apenas repetindo o senso comum de que a difusão e o acesso a livros e jornais ampliam o horizonte mental de uma época, mas atribuindo à modificação do processo físico de escrever, imprimir e ler um papel determinante nas novas formas de recepção e produção intelectual.

As figuras antigas do escriba e do *scholar*, que freqüentemente se confundiam, fragmentam-se nas figuras do impressor, do livreiro, mais tarde do editor; estes, por sua vez, vêem surgir à sua volta tradutores, revisores, autores que por sua vez são leitores – que logo já não serão mais leitores “qualificados”, mas um público heterogêneo.

E, como tal processo de acumulação e produção de saber se dá no bojo de uma sociedade em transformação acelerada (em contraste com as sociedades comparativamente menos dinâmicas da Antigüidade e da Idade Média), Elizabeth Eisenstein analisa etapas seminais de um movimento de expansão precursor da República das Letras – a saber, o Renascimento, a Reforma protestante e a revolução científica.

Nestes, mais uma vez, a imprensa não é fruto da laicização do saber, mas uma de suas causas determinantes. A possibilidade de comparar e ler conjuntamente textos outrora enclausurados entre as paredes dos mosteiros, restaurando sentidos corrompidos pela ação dos copistas, faz aflorarem contradições e discrepâncias ocultas sob a “versão oficial” da Igreja.

E a esse declínio da autoridade teológica corresponde também um questionamento “intramuros”. Prova cabal, as heresias que sempre existiram à margem da Igreja vão para o centro da comunidade cristã, dividindo-a, graças à possibilidade sem precedentes de fazer de cada fiel um leitor da Bíblia em língua vernácula (e não mais no latim restrito ao clero). Isso sem falar na grande heresia científica que, a partir de Copérnico e Galileu, sepulta de vez a hegemonia eclesástica, cujos censores são incapazes de controlar a proliferação de ateliês de impressão que agem na clandestinidade.

Eisenstein não descreve fatos bombásticos como a descoberta do Novo Mundo, o cisma da Igreja ou a Revolução Francesa – mas algo que é comum a todos eles e que ela chama de “revolução não reconhecida”. Trata-se, enfim, de uma revolução silenciosa, que se passa nas oficinas de impressão – e que ela considera tão importante quanto a passagem da cultura oral para a cultura escrita.

Memória ao alcance de todos

Raquel Paulino e Tiago Archela

Com um acervo de 40 mil títulos, entre eles primeiras edições como a de *Mon Coeur Balance – Leur Âme*, de Oswald de Andrade e Guilherme d’Almeida, a Oficina do Livro oferece a preservação da história cultural impressa. E, agora, sob os cuidados da Unicamp

Imagine ter ao alcance das mãos cerca de 40 mil títulos – entre livros, periódicos e documentos de diversas épocas –, a maioria deles em português, inglês, francês, italiano ou espanhol. E que entre eles estejam raridades como a primeira edição de *Mon Coeur Balance – Leur Âme*, dos modernistas Oswald de Andrade e Guilherme d’Almeida, e exemplares da primeira e da segunda edições de *Caramuru – Poema Épico do Descobrimento da Bahia*, do Frei José de Santa Rita Durão. Na biblioteca da Oficina do Livro Rubens Borba de Moraes, criada em 1999 por Cláudio Giordano, tudo isso é possível. Por sete anos, o administrador de empresas aposentado e editor dileitante aproveitou seu amor pelos livros para se dedicar à reunião de obras que contribuam com a preservação da memória histórico-literária. “Somos um povo desmemoriado. Minha intenção sempre foi angariar as produções feitas a partir da letra, nossa memória impressa, ter um acervo consistente do que já foi publicado”, diz Giordano. Em dezembro de 2006, por dificuldades financeiras, a Oficina do Livro teve um ciclo encerrado, e desde 2008 está sob os cuidados da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas).

Uma editora “de resgate” planta a semente da Oficina do Livro

A história da Oficina do Livro começou dez anos antes de sua efetiva montagem, na cidade de São Paulo. Aposentado do comércio em 1988, Giordano foi trabalhar em uma livraria e lá teve a motivação para criar a Editora Giordano, que se concretizou no ano seguinte. “O objetivo dela era editar autores esquecidos ou ainda não editados. Textos fora do circuito comercial e indisponíveis até para estudiosos voltaram a ser uma realidade. Foram mais de cem edições naqueles anos”, lembra o pai da idéia, que se denomina “um editor paraquedista”.

Pelas coleções *Memória* e *Ver & Ler*, foram lançados títulos como *Conversa de Livraria*, de Carlos Drummond de Andrade, *Domingo dos Séculos*, de Rubens Barbosa de Moraes (que viria a ser o nome da Oficina do Livro), e *Eça de Queirós & Júlio Pomar*, de Eça de Queirós com ilustrações de Júlio Pomar. Além disso, em 1997 a editora ganhou

o aval do herdeiro dos espólios literários de Pedro Nava para editar e reeditar seus escritos e memórias.

Vale lembrar que a Giordano contou, em seus dez anos de existência, com o apoio essencial das Edições Loyola, da Ateliê Editorial e de editoras universitárias como a Edusp (Ed. da Universidade de São Paulo), Educ (Ed. da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo), Unicamp, Unesp (Universidade Estadual Paulista) e Editora da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Sem as parcerias, nada disso teria sido possível.

“Quando a Editora Giordano se descontinuou, a Oficina do Livro surgiu. Na época, se eu tivesse clareza, teria aberto direto a Oficina”, afirma Giordano.

Lado a lado, o mais sofisticado e o mais simples

A principal diferença entre a Oficina do Livro e a Editora Giordano reside no fato de nas prateleiras da Oficina conviverem lado a lado edições literárias, primorosos exemplares tipográficos, humildes brochuras e livros populares. “É quase um acervo sem caráter; sem uma cara, heterogêneo. Ele foi montado a partir de doações e aquisições em sebos e livrarias. Eu ia a sebos para ver o que encontrava, sem procurar especificamente algum título ou raridade, alguma primeira edição”, explica Cláudio Giordano. Ele, que não se considera um bibliófilo (veja box), continua: “Eu ia, escolhia uma estante qualquer; como a de literatura francesa, e vasculhava os títulos, dava uma olhada nos índices, nas dedicatórias, até que achasse algo que julgasse bom”.

Em um desses garimpos, Giordano encontrou uma das maiores raridades do acervo, como conta: “Em uma tarde, eu estava no centro de São Paulo e resolvi ver se encontrava alguma coisa no Sebo do Messias. Acabei parando na estante de livros franceses, analisando título a título. Qual não foi minha surpresa ao encontrar, ali perdida, uma primeira edição de *Mon Coeur Balance – Leur Âme*, dos modernistas brasileiros Oswald de Andrade e Guilherme d’Almeida, de 1916. Custou R\$ 4. Pouco tempo depois, ao saberem do valor histórico dele, alguns colecionadores chegaram a me oferecer até R\$ 1.500 pelo livro”. As ofertas não foram aceitas, que fique bem claro.



Alcir Pécora.

O dono da Oficina do Livro angariou outras obras “menos comuns”, como prefere dizer, para a coleção. “Algumas coisas que chamam a atenção são uma terceira edição de *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo, uma edição raríssima de *Mil e Uma Noites Volume III (Alf Lailah Oua Lailah)*, com tradução feita pelo inglês Sir Richard Burton no século XIX, e a primeira edição de *Caramuru*, do Frei José de Santa Rita Durão”, enumera.

Mesmo com esse trabalho apaixonado e primoroso, chegou uma hora, em 2006, em que a realidade foi dura e dificultou a continuidade da Oficina do Livro como ela foi concebida. “A falta de recursos foi um dos principais fatores. Foram sete anos mantendo um espaço alugado. Ficou difícil”, lamenta Giordano. “Houve uma época em que recebemos ajuda de pessoas conhecidas, como Antônio Ermírio de Moraes e Joseph Safra, mas acabou. Também havia as mensalidades pagas pelos associados, mas não tive como formar um grupo grande o suficiente.”

Próximo destino: Unicamp

Assim, Giordano fez uma carta doando todo o acervo da Oficina do Livro para o IEB (Instituto de Estudos

Brasileiros), da Universidade de São Paulo. “Estava angustiado com esse destino, já que o acervo tem peculiaridades que fogem do escopo do IEB, que é mais acadêmico”, confessa. “Mas um dia, em um evento, uma amiga me abordou e perguntou se poderia articular a transferência para a Unicamp. Uma semana depois, estava tudo fechado. Fiquei um pouco constrangido ao ter de voltar atrás com o IEB, mas, no final das contas, foi melhor para ambos.”

Na universidade campineira, que ostenta a tradição de mantenedora de acervos históricos (*veja box*), isso foi motivo de festa. Alcir Pécora, professor de literatura e diretor do Instituto de Estudos de Linguagem da Unicamp, dá detalhes: “Quando soube da situação da Oficina do Livro, expus o caso ao vice-reitor; que apoiou minha idéia de levar o acervo para o nosso campus. Em pouco tempo, já tínhamos vários envolvidos cuidando dos preparos da doação, incluindo arrumar o espaço físico onde ficarão os livros. Há uma equipe só para receber e catalogar o acervo, além de dar todo o tratamento de higienização e restauração”.

A alegria continuou quando foi descoberto que o acervo tinha o dobro do tamanho que Giordano havia

estimado. “Eu não mantinha um controle, achava que fossem uns 20 mil títulos”, diz. Mas, quando especialistas da Unicamp fizeram a contagem de metragem linear, viram que eram, no mínimo, 40 mil. “Estava programado para a metade, mas não tem problema. Sempre confiei na qualidade do que iria encontrar porque conheço o faro do Giordano”, comemora Pécora. O acervo foi transferido em 400 caixas de São Paulo para Campinas em abril de 2008. A partir do segundo semestre, estará disponível para o público.

Giordano continuará envolvido com a Oficina como orientador do acervo. “É natural. Queremos mantê-lo conosco porque sabemos da capacidade dele para contribuir com a Unicamp em mais esse marco para a instituição”, afirma Pécora. Giordano, por sua vez, respira aliviado. “Agora está tudo se acertando, mas, quando tive de encerrar as atividades, foi muito brutal para mim. Fiquei como um peixe fora d’água”, revela. Agora, está de volta ao seu habitat — que, no caso, não é um aquário nem um o oceano, mas o conjunto de prateleiras repletas de livros e aquele clima de história preservada por todos os lados.

O amante dos livros que não aceita o adjetivo do dicionário

Homem que se dedica aos livros desde sua aposentadoria, em 1988, e que considera o garimpo em sebos parte das atividades diárias, Cláudio Giordano não aceita ser chamado de bibliófilo. Mas, com segurança e um tom quase risonho, afirma: “Para mim, livro é tão natural quanto respirar. Tão natural quanto acordar, tomar café, almoçar, jantar. Faz parte da minha vida. Me dá prazer garimpar coisas preciosas por serem incomuns, livros que não estão nas bibliotecas-padrão”. Contraditório? Para Alcir Pécora, da Unicamp, o discurso é apenas sinal de despreensão. “Ele diz que não é bibliófilo por modéstia, mas não tem como escapar do adjetivo. Ele *conhece* o livro, tem um ótimo repertório como leitor e é um farejador de livros”, diz. O dicionário Houaiss ajuda a esclarecer a dúvida. Lá estão as acepções para o adjetivo e substantivo masculino bibliófilo: “1. que ou aquele que ama os livros; 1.1 amante ou colecionador de livros raros e preciosos, ou de boas edições”. Unindo isso à história de Giordano, fica bastante claro que sua ligação com os livros realmente tem adjetivo, mesmo que ele prefira, timidamente, não se encaixar no rótulo.



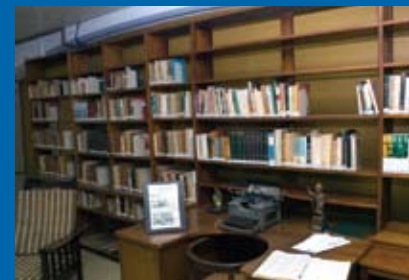
Unicamp: tradição em abrigar acervos e arquivos históricos

A chegada dos cerca de 40 mil títulos da Oficina do Livro coloca a Unicamp em um patamar diferenciado no que diz respeito à preservação da memória em um ambiente acadêmico brasileiro.

Desde 1983, a universidade campineira abriga o acervo de Sérgio Buarque de Hollanda, composto de documentos, livros, móveis e objetos mantidos sob criteriosos procedimentos de preservação. Em um ambiente idêntico à biblioteca mantida pelo historiador em São Paulo, ficam 8513 livros, 227 títulos de periódicos, 600 obras raras e 74 rolos de microfilme — uma verdadeira viagem no tempo. Além deles, cerca de 2.490 documentos pessoais e 210 fotografias de Sérgio fazem parte do acervo permanente do Arquivo Central da Unicamp.

Outra coleção significativa da universidade é a de Antonio Candido, um dos principais críticos literários brasileiros. Vindo de São Paulo e, principalmente, de Poços de Caldas (MG), o acervo tem todos os títulos de Candido e de seu pai. Há, também, as coleções do crítico e historiador Alexandre Eulálio, do escritor modernista Oswald de Andrade e da dramaturga Hilda Hilst, entre outras.

“Em todos os casos dos acervos que recebemos, procuramos recriar um ambiente próximo ao lugar original, com móveis da época de que ele veio, e isso não vai ser diferente com o acervo da Oficina do Livro”, garante Alcir Pécora, diretor do Instituto de Estudos de Linguagem da Unicamp, que abriga todos esses verdadeiros tesouros da história literária.



Práticas Editoriais e o Ensino Superior do Brasil 20 anos da ABEU

Leilah Santiago Bufrem

A questão que se nos apresenta é se a editoração universitária – considerada para este estudo como o conjunto de procedimentos editoriais mantidos por uma instituição de ensino superior – pode ser reconhecida pelo grau de autonomia que a distingue, como geradora de um tipo de raridade e de valor cultural que lhes são próprios. Se hoje os conceitos de editora e de universidade aproximam-se numa relação paradigmática, isso se verifica porque os misteres do livro foram organizados historicamente em estreita relação com os misteres universitários. Os primeiros livros foram produzidos para servirem a instituições de ensino e as primeiras casas editoriais visavam alcançar um público constituído, na sua maioria, por intelectuais e estudiosos.

O conceito atual de editora universitária aproxima, portanto, duas idéias fortalecidas num mesmo período histórico e visando finalidades comuns. Entretanto, as práticas e regras relativas ao domínio do saber fazer editorial foram aos poucos sendo dimensionadas e diversificadas, devido às especificações originadas da revolução industrial e à ampliação do mercado relativo à indústria do livro no Ocidente. Este objeto privilegiado de leitura e as atividades a ele relacionadas passaram progressivamente a fazer parte de um contexto no qual o consumidor torna-se alvo do produtor, ampliando-se consideravelmente o campo editorial, anteriormente restrito a um pequeno público erudito, ao mesmo tempo em que se especializavam as tarefas de produção. Das primeiras editoras – Oxford e Cambridge – não por acaso editoras universitárias, até nossos dias, a prática foi se expandindo e os projetos universitários, a exemplo dos padrões britânicos, multiplicam-se no Brasil e no exterior.

Como objeto de reflexão, apoiamo-nos na realidade dos movimentos e ações promovidos pelas editoras universitárias brasileiras, interpretando-os à luz de um referencial teórico em que predomina a teoria do capital cultural de Bourdieu. Acreditamos que os acontecimentos mobilizadores da ação editorial nas instituições de ensino superior brasileiras contribuíram para a formação de um campo de produção erudita, reconhecido historicamente por suas funções específicas, enquanto se distingue por temas, técnicas e estilos dotados de valor no seu campo de atuação. Esse campo de ação cultural “produz bens culturais (e os instrumentos de apropriação destes bens) objetivamente destinados [...] a um público também produtor de bens culturais”. Como ocorreu com a produção de livros de um modo geral, o surgimento do capitalismo contribuiu para atender a um público mais amplo, recrutado “tanto nas frações não intelectuais das classes dominantes (‘o público cultivado’) como nas demais classes sociais” (Bourdieu, 1987, p. 105).

Portanto, enquanto define critérios e estabelece normas para uma prática em campo cultural específico, a atividade editorial universitária revela um grau de au-

verbo.

tonomia que a distingue como geradora de um tipo de raridade e de valor culturais. Esse seria um campo de produção erudita, já que produz bens destinados “a um público de produtores de bens culturais” que, por sua vez, também produzem para produtores de bens culturais. Estabelecendo os próprios critérios de avaliação de seu produto, o campo reconhece conseqüentemente a lei da “concorrência pelo reconhecimento propriamente cultural concedido pelo grupo de pares que são, ao mesmo tempo, clientes privilegiados e concorrentes” (Bourdieu, 1987, p. 105).

Pode-se afirmar, em decorrência dessas premissas, que o campo editorial universitário vem-se legitimando, por meio de critérios e de valores próprios, constituindo práticas e regulamentos nas instituições de ensino superior, estando, portanto, às voltas com certa ortodoxia. Seu “grau de autonomia”, nesse caso, é proporcional ao grau com que, enquanto campo de produção de valor e raridade peculiares, mostra-se “capaz de funcionar como um mercado específico, gerador de um tipo de raridade e de valor irredutíveis à raridade e aos valores econômicos dos bens em questão, qual seja, a raridade e o valor propriamente culturais” (Bourdieu, 1987, p. 109).

O propósito de revelar as marcas de distinção dessa prática editorial específica orienta este trabalho de resgate em que se procura acompanhar movimentos, instituições e eventos determinantes para o que hoje se concretiza no cenário das instituições de ensino superior brasileiras.

São resgatados, como elementos de distinção constituintes da prática, o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais (PROED), o Programa Interuniversitário para Distribuição do Livro (PIDL), os acontecimentos como os Seminários Nacionais da Editoras Universitárias, a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias, as feiras e os projetos editoriais.

Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais

Pela influência que exerceu na política editorial das instituições de ensino superior brasi-

leiras e os seus conseqüentes desdobramentos na prática política, destaca-se o Programa de Estímulo à Editoração do Trabalho Intelectual das IES Federais, da Secretaria de Ensino Superior do MEC, o chamado PROED. Desenvolvido entre 1981 e 1988 pela Secretaria de Ensino Superior do Ministério de Educação, o PROED originou-se das discussões com professores universitários sobre os diferentes problemas que afetavam o desempenho acadêmico das IES. Entre eles, especialmente, destacava-se a falta de divulgação de textos produzidos ou comentados pelos professores para atender às necessidades pedagógicas relacionadas à renovação de conteúdos definidos em programas didáticos. O programa foi criado com a intenção de encontrar soluções objetivas para a editoração dos textos docentes, especialmente em instituições que revelavam condições de implementar projetos editoriais próprios. Seu propósito original foi “estimular a publicação da produção científica e intelectual das IES, tanto para fomentar o debate crítico dentro das universidades como para dar o imprescindível apoio ao avanço do desenvolvimento científico e tecnológico nacional”, conforme diretrizes do 3º Plano Setorial de Educação, Cultura e Desportos. Coadunava-se, portanto com o Plano, no sentido de desenvolver o potencial existente nas IES para a configuração do seu papel em prol de uma “sociedade informada, da criação de outras modalidades educativas e da correção das disparidades sociais e regionais, enfatizando suas características de centros, tanto captadores como disseminadores de conhecimentos científicos, pedagógicos, culturais e tecnológicos” (Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior, p. 5).

Como estratégia para atingir objetivos do programa, a SESU e as instituições passaram a incentivar o professor universitário a organizar e divulgar seus trabalhos, tendo como princípios básicos a publicação de trabalhos preferencialmente de docentes; a prioridade ao livro-texto para graduação nas áreas em que a bibliografia existente fosse precária; a valorização dos as-

suntos relacionados com a região; o fortalecimento dos conselhos editoriais para a seleção rigorosa dos textos; o sistema de co-edições com editoras privadas e outros órgãos, tendo como objetivo geral apoiar o plano editorial das instituições de ensino superior.

Participar das vantagens do PROED, entretanto, requeria das instituições um conselho editorial devidamente constituído, com representantes de diversas áreas do conhecimento e experiência anterior na seleção e editoração de livros. Após apresentado o plano de publicações, já aprovado pelo seu conselho editorial, esse seria analisado por um comitê, com vistas ao apoio financeiro dentro dos princípios estabelecidos pelo PROED. Na época, esta prática hoje implantada definitivamente pela maioria das instituições no país, ainda era incipiente, uma vez que gráficas imprimiam obras indicadas pelos reitores ou dirigentes, sem uma política editorial como respaldo.

Em consonância com as diretrizes da política do MEC e, ao que se pode perceber, com ênfase no desenvolvimento científico e tecnológico, o programa cumpriu seus propósitos, uma vez que após seu lançamento, vinte e seis editoras ou projetos editoriais universitários, pelo menos, foram criados e outros fortalecidos. Luzzatto refere-se especificamente à Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, para a qual o PROED foi como uma injeção de capital numa empresa privada, incentivando a

[...] busca de originais através de uma campanha dirigida aos docentes da Universidade, no sentido de que nos trouxessem seus originais, pois nos propúnhamos a publicá-los. Depois do PROED, portanto em aproximadamente dois anos, publicamos quarenta e sete obras, sendo dezesseis livros-textos, doze textos para discussão, dezesseis publicações avulsas, três revistas e uma tese, num total de 74 800 exemplares...

A exemplo do que aconteceu na Editora da UFRGS, mais dez universidades foram contempladas no projeto piloto, “escolhidas segundo a região, a organização jurídica – fundações e autarquias – e a potencialidade de produção de textos publicáveis” (Luzzatto, SPOB, 5, p. 55).

Entre os mecanismos operacionais sugeridos pelo programa destacam-se, no documento de 1981, a criação de conselhos ou comissões editoriais, uma gerência específica para o programa e o intercâmbio de recursos gráficos entre as instituições. Com a criação de conselhos ou comissões editoriais nas instituições, aos poucos as antigas gráficas ou imprensas universitárias foram se transformando em editoras, concebidas como responsáveis por todas as etapas da produção de livros, desde sua seleção e concepção, até sua circulação e os modos de divulgá-los (Bufrem, 2001). A transformação das antigas gráficas em editoras foi sugestão expressa, como mecanismo operacional no documento do PROED (Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior, p. 6). Ação coadjuvante foi a contribuição do Instituto Nacional do Livro na distribuição das obras editadas, como modo de enfrentar uma questão tradicionalmente problemática na área.

Representante do PROED, em 1984, Garcez justificava sua ação afirmativa afirmando que “entre as 867 instituições de ensino superior brasileiras, apenas pequena parcela (5%) possui alguma produção editorial e desta parcela, não mais que 15 instituições podem ser realmente consideradas sob este aspecto” (apud Mesquita, p. 55). Isso porque nem todos os projetos editoriais, ainda incipientes nas instituições de ensino superior do país, enquadravam-se nos critérios definidores de editora universitária.

Surpreende, portanto, o crescimento dessa atividade formalmente constituída, especialmente a partir da década de 1980, que no seu final já contava com 37 editoras universitárias (Bufrem, 2001). A revista *Leia*, por exemplo, no balanço das publicações de 1989 (Bons Desempenhos... pp. 25-28) inclui entre as cem editoras de maior produção no Brasil, dez editoras universitárias e, quando da edição do catálogo da ABEU, no mesmo ano, cada uma delas já havia publicado mais de dez títulos.

Enquanto em 1984, segundo os dados do CERLAC, todas as editoras universitárias produziram 250 títulos, no ano de 1988 somen-

te três delas, Editora UnB, Edusp e Editora da Unicamp – publicaram um total de 161 títulos (45, 68 e 48, respectivamente) (Editoras Universitárias... p. 1). E, segundo dados comentados por Hallewell, a Editora UnB esteve entre 1981 e 1983 entre as vinte mais produtivas no Brasil (p. 658).

Mas o aspecto de maior repercussão para a política editorial nas IES foi a condição essencial para o alcance dos benefícios do PROED: a existência de um “conselho editorial devidamente constituído, com representantes de diversas áreas do conhecimento e experiência anterior na seleção e editoração de livros”. Seus membros seriam indicados pelo Colegiado Superior de Ensino e Pesquisa, “com mandato pré-fixado, para o qual seria permitida a recondução” (Brasil. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior, p. 28).

Evidenciam-se, portanto, as condições de operacionalização do programa como fatores para a quantidade e qualidade da produção das universidades, especialmente nas feiras e nos catálogos, elementos de divulgação também em expansão a partir dos anos 80, quando já contribuíam para esse movimento o PIDL e as associações regionais.

Relatando os resultados concretos do Proed, em 1987, o Programa Nova Universidade, refere-se à ampliação e enriquecimento da bibliografia básica para os cursos de graduação; à oportunidade de publicação de trabalhos inéditos dos professores, tornando-os conhecidos; ao estímulo à elaboração e organização de novos trabalhos, bem como ao aperfeiçoamento e atualização de trabalhos já existentes; ao interesse despertado pela produção acadêmica desenvolvida no interior das universidades pelas editoras particulares, favorecendo co-edições; ao aprimoramento da qualidade, tanto do conteúdo quanto dos aspectos gráficos dos trabalhos publicados pelas editoras universitárias e à criação de associações regionais de editoras universitárias (Nordeste, Norte e Sul) que viriam a contribuir para o intercâmbio e o aperfeiçoamento da produção e da política editorial.

Nessa conjuntura favorável às discussões, aos eventos que reuniam grupos responsáveis pelas editoras já consolidadas e projetos editoriais em consolidação, foi projetado e implantado um projeto que veio a se constituir em programa até hoje efetivo para as práticas de divulgação e comercialização das obras das editoras universitárias.

Programa Interuniversitário para a Distribuição do Livro

O propósito de transferir a informação a parcelas cada vez maiores da sociedade, aliado às críticas que vinham recebendo editoras e órgãos oficiais pela deficiência na distribuição de suas obras, foi um ponto permanente de reflexões, desde os primeiros encontros dos responsáveis pelas editoras universitárias.

Dá a idéia de se criar um programa como “alternativa para popularizar e socializar o saber” (Sampaio. SNEU, 3. *Anais*, pp. 25-29). O programa, que até hoje congrega as editoras universitárias brasileiras, desde 1982, teve como proposta suprir as carências na distribuição do livro universitário, pois como resultado da evolução dos meios encontrados pelas editoras universitárias para divulgação dos seus produtos, algumas características distinguem seus procedimentos daqueles das editoras comerciais.

Embora não se constitua em programa governamental, o PIDL foi uma alternativa reconhecida pelo MEC, o que se evidencia em sugestões como a de “que os participantes intensifiquem o intercâmbio de distribuição direta, através dos postos de venda ou livrarias instaladas nas próprias IES” (MEC - PROEDI, 1981, p. 32)

Na apresentação de Sampaio ao 3º Seminário Nacional das Editoras Universitárias (SNEU), sobre o Programa que então representava, o PIDL foi apresentado como alternativa para popularizar e socializar o saber:

Pode-se destacar que, como integrante do movimento das editoras universitárias e das práticas que desenvolveram o crescimento quantitativo e qualitativo da produção gerada nas instituições de ensino brasileiras, o PIDL

foi o fator de maior dinamismo para que essa produção passasse a ser encontrada nas livrarias e bibliotecas dos campi, em razão de sua comercialização, qualificada por Mesquita de “sui generis” (SPOB, 5, p. 64).

Essa forma de distribuição passou a ser incentivada especialmente diante das condições específicas das editoras universitárias públicas, regidas por legislação própria e restritiva em relação a práticas liberais de mercado. Nesse sentido, ao enfatizar que uma editora universitária deve “distribuir seus livros, de forma ampla, inteligente, convencional ou não”, Campos elogiava a criação de alternativas, ou novos instrumentos, como, por exemplo, “o riquíssimo e sempre menos festejado que o merecido, o nosso PIDL”. A política editorial, entretanto, em nenhum momento poderia, segundo o autor, “ignorar os canais convencionais de distribuição do livro como a rede de livrarias” (Campos. SNEU, 3. *Anais*, pp. 108-110).

No 3º SNEU, em 1986, em Campinas, Ailton Sampaio, então coordenador do PIDL, reconhecia o esforço dos editores pela organização competente e ação coletiva das editoras universitárias, responsáveis pela divulgação científica e literária das universidades, num contexto difícil, caracterizado pela “crise educacional, aliada ao grande número de analfabetos e ao baixo nível de leitura no país”, quadro ao qual acrescenta a “invasão de traduções no mercado livreiro, verdadeiro transplante de modelos importados”. O “programa reconhecido pelo Ministério da Educação, já implantado em quarenta e três universidades brasileiras e, que vem despertando o interesse da comunidade universitária” teve como resultados, segundo Sampaio, o aumento do índice de adoção, por professores, dos livros das editoras universitárias e a ampliação da rede de distribuição entre essas editoras. Além do movimento pela divulgação e distribuição das obras por elas publicadas, criou-se a possibilidade de cada editora avaliar comparativamente, em termos qualitativos e quantitativos, a sua produção e uma nova mentalidade entre professores, alunos, pesquisadores e editores, no que se refere

à produção, divulgação e publicação de títulos e à multiplicação de livrarias e postos de venda nos *campi*. Finalmente, o Programa foi considerado uma alternativa para, minimizando custos, privilegiar obras nacionais, popularizar o livro e socializar o saber (Sampaio. SNEU, 3, pp. 25-29).

Entretanto, segundo o autor, as atividades das editoras universitárias deveriam ser avaliadas, importando que se realizasse um levantamento das dificuldades à atividade editorial. Isso porque, embora o PIDL já viesse apresentando resultados evidentes, a concretização do trabalho conjunto das editoras universitárias ainda esbarrava nos entraves que a universidade brasileira vinha sofrendo para a realização dos seus projetos: os poucos recursos da instituição, tanto humanos quanto financeiros e físicos e a sua estrutura administrativa emperrada.

Percebe-se, portanto, que o PIDL significou, sem dúvida, um dos passos decisivos para o estabelecimento de uma política geral de atuação das editoras universitárias brasileiras e, atualmente, vem influenciando a política da América Latina e Caribe. Graças aos movimentos de editoras que passaram a promover eventos e feiras, ampliando oportunidades para repensar suas atividades, de modo a exercer sobre elas uma crítica em prol do aperfeiçoamento de suas práticas, foram sendo realizados seminários com fóruns especiais dessas discussões, a partir de 1984. Chega-se ao acontecimento que não precedeu historicamente o PIDL, mas que viria a significar muito para o seu fortalecimento: a criação da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), em 1988.

Os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias

Entre os fatores mais importantes para o aperfeiçoamento da prática editorial universitária no Brasil estão, sem dúvida, os Seminários Nacionais das Editoras Universitárias – SNEU. O primeiro, realizado em Niterói em 1984, reuniu professores e editores de instituições de ensino superior de todo o país. Dele se tem notícia na obra *Sobre Livros*, de Mesquita (1984, p. 143). Entre as recomendações do evento, destaca-se a promoção

de maior intercâmbio entre as editoras universitárias, não só no âmbito comercial, mas com relação às consultorias técnicas ou pareceres quando necessário. Sugeriu-se a ampliação do PROED a todas as editoras universitárias, desde que demonstrada capacidade de aproveitamento das condições estabelecidas no programa e o incentivo aos meios de divulgação, não só da universidade, mas da editora, para tornar conhecidas as suas obras. Nesse sentido, recomendou-se que todas as editoras envidassem esforços junto aos órgãos superiores no sentido de reconhecimento e promoção do PIDL. Algumas medidas, como a divulgação preliminar da produção planejada, foram sugeridas no sentido de evitar redundância de propósitos, além de promover as publicações conveniadas, como já vinha ocorrendo entre editoras da Região Sul do país, em parte sob influência da Edunisul, associação regional paradigmática às que a ela se seguiriam.

Nota-se que algumas recomendações reforçam, por um lado os propósitos do PROED, tais como a necessária autonomia de decisão no que concerne às funções específicas dos conselhos ou comissões editoriais. Por outro lado, enfatizam objetivos do PIDL, em prol da implantação e implementação de postos de vendas em cada instituição e do prestígio que deveria ser dado às suas promoções pelas editoras integrantes do Programa, como o comparecimento aos eventos e a divulgação das obras comercializadas.

Decisões políticas também fizeram parte da agenda, como propostas aos reitores e administradores de instituições de ensino superior para cessão de espaços em conselhos superiores e fóruns universitários, incluindo questões como o PIDL, intercâmbio de experiências e promoção de co-edições e convênios. E como apelo, em virtude do contexto político e sociocultural do país em 1984, os editores e professores enfatizaram a necessidade da conjugação de esforços na luta por mais verbas para a educação e por uma melhoria do ensino.

A partir desse evento a divulgação tem sido praticada intensamente, de modo especial entre editoras mais bem estruturadas que divulgam

suas obras não só através dos catálogos e listas de preços, mas também por meio de capas de livros, de exemplares doados a título de divulgação e de mala-direta, folhetos e outros instrumentos de mercado. O pioneirismo da Edunisul, primeira associação regional criada por editores universitários, estimulou a criação, na oportunidade, da EDUNI-Centro e EDUNI-Norte.

Por volta de 1983, coubera a Ailton José Oliveira Sampaio, na qualidade de diretor do Centro Editorial e Didático da Universidade Federal da Bahia, coordenar a efetiva implantação do PIDL. Refletindo o entusiasmo dos seus pares, o coordenador do programa iniciou um processo de entrosando das editoras universitárias já existentes e de adesão das editoras com projetos emergentes. Esse clima de entusiasmo pelo PIDL levou, muito oportunamente, a que o 2º SNEU lhe fosse dedicado.

O 2º SNEU, realizado em Salvador, em maio de 1985, contou com 42 participantes e foi promovido pela Universidade Federal da Bahia, através do Centro Editorial e Didático.

É perceptível, pela leitura do programa do evento, que os seus organizadores, conscientes da situação crítica pela qual vinha passando a educação nacional e, conseqüentemente, a universidade brasileira, desejavam propiciar a discussão da comercialização do produto editorial como forma de sobrevivência da editora universitária. O tema, ainda hoje polêmico, na época atingia especialmente as instituições públicas, carentes de soluções práticas para comercialização de suas obras.

Sendo oficiais as publicações das universidades públicas, discutia-se a legalidade de comercialização das obras editadas, assim como o enfoque político e os rituais burocráticos que direta ou indiretamente interferiam na comercialização.

Com o propósito de avaliar o desempenho do PIDL e identificar alternativas que viabilizassem o aprimoramento do programa, as discussões do evento voltaram-se a reflexões sobre a importância do livro-texto, a editora universitária, o livro universitário, o PIDL, seu aspecto legal e a avaliação do seu desempenho.

Do 2º SNEU, já influenciado pelos critérios do PROED para o estímulo à editoração universitária,

destaca-se como recomendação a necessidade do aval do Conselho Editorial para a publicação das obras, consequência de sua autonomia, soberania e representatividade na instituição. Além dos conselheiros, sugeriu-se que consultores deveriam dar pareceres na seleção de originais, devido às especificidades das áreas do saber, nem todas representadas naqueles órgãos.

A autonomia necessária para alcançar seus objetivos relacionados à venda do material produzido constitui-se, desde então, questão complexa pela sua natureza, principalmente no âmbito das editoras de instituições públicas. A problemática levantou polêmicas nas instituições, pois nesta época sugeria-se até a constituição de fundações ou de outros órgãos que assegurassem autonomia financeira à editora de universidade pública. Essa questão viria a ser retomada mais tarde e até hoje se faz presente nos fóruns do setor.

Destacou-se também a inserção regional das editoras, sugerindo-se que elas deveriam estabelecer uma política editorial própria, reforçando as peculiaridades da universidade e da região e colaborando com o processo educacional, através da publicação, co-edição e reedição de obras culturais e científicas consideradas relevantes pelo conselho editorial (SNEU, 2).

Como resultado da boa acolhida dessas recomendações, a divulgação das práticas editoriais atingiu as instituições e seus dirigentes, motivando-os a reunir esforços no sentido de enviarem representantes e projetos editoriais para o 3º SNEU, realizado em Campinas em maio de 1986, com a expressiva cifra de 116 participantes. Um curso de iniciação à editoração universitária foi oferecido, procurando esclarecer aspectos básicos da prática editorial àqueles que iniciavam suas experiências nas instituições. A iniciativa supriria a carência de conhecimentos especializados, sentida especialmente nas instituições públicas, com dificuldades de contratação de pessoal e de serviços especiais. Note-se que nessa década já se fazia sentir o avanço tecnológico das condições de produção editorial e que esse nem sempre se fazia acompanhar de equipes qualificadas nas

editoras, a maioria de pequeno porte e com funcionários destacados de outras funções.

Nesse evento, faz-se sentir a crítica sobre a forma desvirtuada no desenvolvimento da produção editorial em instituições de ensino superior, no período de autoritarismo, quando, sem linha editorial ou compromisso acadêmico ou social, sem conselho editorial para definir a filosofia e tampouco profissionalismo para executar suas atividades, algumas editoras publicavam obras de caráter duvidoso, utilizando indevidamente verbas públicas (Pinsky, SNEU, 1986, 3).

Às vésperas da Constituinte, foram considerados os passos já dados como a atuação da SESU, do MEC, o 1º Encontro de Niterói em 1984, o encontro da Bahia em 1985 e a criação e desenvolvimento do PIDL. Segundo Pinsky, o anfitrião do evento, isso se verificou graças à “coragem desburocratizante” das editoras universitárias e do esforço de coordenação de alguns congressos. Ao realçar a importância cultural dessas editoras, muito superior ao seu significado econômico, Pinsky defendia o estímulo às edições experimentais, a viabilização de pequenas tiragens de pesquisas e teses, assim como a atuação nos cursos e junto aos professores no sentido de encomendar a produção de livros de interesse para o mercado. Ao enfatizar a importância do Conselho Editorial representativo e isento, o autor criticava a editora universitária que se constituía em mera repassadora de fundos públicos para as editoras privadas. Referia-se por certo à Editora da Universidade de São Paulo, na época somente uma co-editora. Também criticava aquelas que apenas aguardam trabalhos para sua eventual publicação, propondo, em contrapartida, que a editora tome a iniciativa, leve problemas à comunidade, engajando-a no projeto editorial através de séries e coleções. Defende a não concorrência com a empresa privada.

Foco das atenções foi o histórico debate entre Sérgio Lacerda, um dos sócios da Editora Nova Fronteira, crítico ferrenho das editoras universitárias, segundo ele concorrentes das editoras privadas, Timothy Mulholland, diretor da Editora UnB, alvo principal dessas críticas,

Maria do Carmo Guedes, diretora da Editora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Wolfgang Knapp, da Editora EPU. O debate teve o mérito de suscitar reflexões que viriam, com o tempo, contribuir para a compreensão do campo de atuação das editoras universitárias.

Análise necessária em termos conceituais foi realizada por Rodrigues¹, referindo-se ao conceito de editora universitária, diverso da categoria de gráfica, oficina onde se executam obras avulsas e sem nenhum critério de seleção ou sem nenhuma programação ou projeto, ao mesmo tempo em que destaca a política editorial acadêmica, considerando-se também a existência paralela de uma indústria e comércio livreiro no país, de livre iniciativa.

Como nos demais eventos, o coordenador do PIDL teve seu espaço para discorrer sobre o Programa, quando reforçou a necessidade de avaliação da prática editorial e do levantamento dos entraves que têm dificultado a atividade editorial, entre eles os poucos recursos da universidade, tanto humanos quanto financeiros e físicos, assim como a sua estrutura administrativa emperrada.

O evento também proporcionou a discussão sobre o perfil e o papel das editoras universitárias; a falta de verbas das instituições de ensino e suas repercussões na editoração universitária; a descontinuidade do processo editorial devido à rotatividade de pessoal especializado; as questões relativas à fundamentação e ao comprometimento dos projetos em relação aos planos e metas nas administrações; as diferenças entre editoras universitárias e editoras na universidade; as revistas científicas acadêmicas; as instituições e formas de financiamento praticadas; os canais institucionais geradores do saber; as dificuldades das editoras universitárias brasileiras em elaborar programa único; os projetos culturais e a abertura das editoras à comunidade em geral; o lançamento de autores novos; a tarefa de resgatar a memória da região e documentar sua evolução e o aperfeiçoamento da comunidade acadêmica, questões que configuram um

1. Arion Dall'Igna Rodrigues, presidente do Conselho Editorial da editora da UNICAMP (SNEU, 3).

leque temático, em que cada um deles pode se tornar uma vertente pródiga de idéias.

Como uma das conclusões do 3º SNEU foi criada uma comissão² a quem caberia elaborar estudos para a criação da Associação das Editoras Universitárias Brasileiras. Ficou decidido que seria elaborado pela UnB e com a colaboração do PROED, um catálogo das publicações das editoras universitárias. A comissão provisória ficou encarregada de encaminhar aos reitores uma comunicação informando da sua constituição e solicitando aos reitores apoio e facilidades para que os membros da comissão pudessem desempenhar as suas funções. Foi fixado um prazo de três meses antes do próximo encontro para que a comissão cumprisse seus trabalhos. Ela ficou incumbida de providenciar verbas para o próximo encontro (SNEU, 3).

O 4º SNEU não ocorreu em Brasília, como fora indicado, mas em Goiânia, onde mais de quarenta editoras universitárias reuniram-se entre 31 de agosto e 5 de setembro de 1987. No período foi criada a Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU), órgão sem fins lucrativos, que passou a congregar, além das editoras universitárias, todas as pessoas físicas e jurídicas ligadas ou interessadas no desenvolvimento da editoração universitária, que teve seu regimento aprovado e sua primeira diretoria eleita e empossada³.

Na ocasião foi amplamente discutido o problema da distribuição da produção editorial, considerado ponto crucial do processo. Com o objetivo de vincular a Associação das Editoras

2. Maria do Carmo Guedes, da PUC de São Paulo; Timothy Mulholland, da UnB; Edson José dos Santos, da Universidade Federal de Alagoas, Luiz Oswaldo Leite, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, e Salim Miguel, da Universidade Federal de Santa Catarina.

3. A diretoria teve como presidente o professor Edson Rodrigues de Lima, da Universidade Federal de Pernambuco; vice-presidente, a professora Maria do Carmo Guedes, da PUCSP; como secretária a professora Ceres Marques de Moraes, da Universidade Federal Fluminense; como 1ª secretária a professora Lígia Vassalo, da Universidade Federal do Rio de Janeiro; como tesoureiro o professor Péricles Gonçalves, da Universidade do Rio Grande; como 2º tesoureiro, Mauro Rocha Pereira, da Universidade Federal do Ceará. Para o Conselho Fiscal foram eleitos os professores: Helder Mulatinho, da Universidade Federal do Goiás, professora Leilah Santiago Bufrem, da Universidade Federal do Paraná, professora Lurdes Azevedo Moreira, da Universidade Federal de Alagoas.

Universitárias às atividades de distribuição, o PIDL passou a fazer parte da Associação, como uma das suas coordenadorias. A ele ficariam vinculadas subcoordenadorias representando as regiões Sul, Centro, Norte, Nordeste e Sudeste.

Inaugurando uma série de feiras que se sucederiam, foi promovida em Goiânia a 1ª Feira Nacional das Editoras Universitárias, na Praça Cívica, acontecimento coadjuvante para tornar o ano de 1987 um marco conjuntural no cenário das editoras universitárias. A partir de então, seminários e feiras sucedem-se regularmente.

Como evidenciado nos relatos dos primeiros e históricos seminários, algumas questões se repetem, impondo-se aos representantes das editoras, tais como aquelas voltadas à distribuição e comercialização das obras e à descontinuidade administrativa. Esta última é ressaltada por Guedes e Pereira (2000, p. 83):

Submetidas aos projetos das instituições a que se filiam, as Editoras Universitárias, salvo talvez apenas duas bem conhecidas exceções – a Editora da Unesp e a Editora da UnB – têm hoje sua direção alterada a cada mudança de reitor. Além da descontinuidade que isto pode provocar em sua linha editorial, a impressão que se tem é que, a cada encontro, a Abeu precisa “começar tudo de novo”.

Os anos seguintes serão marcados por essas questões que historicamente constituídas não teriam soluções, mas seriam motivo para alterações de práticas como a recorrência às fundações de caráter privado como facilitadoras para a comercialização dos livros em instituições públicas. Alvo de críticas, essa modalidade estratégica até hoje é discutida e permanece como solução frágil diante das decisões políticas que se impõem como decorrência de princípios baseados nos valores relacionados à moralidade administrativa.

A criação da ABEU e o fortalecimento dos movimentos editoriais universitários, como eventos, feiras e exposições, contribuíram para o fortalecimento do grupo de dirigentes das editoras que, malgrado a volatilidade de seu perfil, compõe uma entidade enervada pela cultura que

se consolida no processo histórico. Essa consolidação de práticas vai encontrar, nos anos 90, grande mobilidade política e institucional, que se reflete nas dificuldades, no planejamento e execução dos projetos editoriais e de integração interinstitucional. Agrava-se a situação com o desmonte e instabilidade gerados pela política cultural do país que no final dos anos 80 já havia extinguido a Lei Sarney (1987), desmobilizado o PROED (1988) e, em 1990, encerrado as atividades do Instituto Nacional do Livro.

Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, as fundações privadas passam a ter um papel cada vez mais decisivo para a universidade, cobrando taxas, administrando verbas, selecionando projetos de pesquisa e fomentando planos de expansão. O principal argumento em prol da utilização das fundações para mobilização dos recursos de uma editora universitária fundamenta-se na acentuada burocracia nas universidades públicas, desde 1970. Além disso, a expressiva maioria das editoras universitárias é vinculada a instituições públicas federais ou estaduais, conforme se observa no Quadro 1.

Conseqüentemente, as fundações apareceram como mecanismos de apoio para elas se desenvolverem e atuarem no mercado, sem que, no entanto, fossem estabelecidos mecanismos claros e transparentes de controle dos recursos que essas fundações deveriam transferir para as instituições e dos programas que elas desenvolvem. Com a questão do financiamento se verifica a ofensiva à autonomia. Mas o argumento de que as atuais estruturas e verbas

Quadro 1	
Editoras Universitárias segundo sua vinculação	
escola	1
autarquias	3
fundações	13
universidades estaduais	20
universidades federais	33
universidades particulares	36

não suportam os gastos com as produções editoriais, nem mesmo com a expansão de vagas, assemelha-se ao canto de sereia para aqueles que vêm defendendo a sua legalização pelo governo. As fundações, segundo argumentos favoráveis, vêm desempenhando um papel importante nas universidades como instrumentos de captação de recursos. Desse modo, embora a autonomia universitária proporcione racionalização e flexibilidade aos processos institucionais públicos, persevera a idéia de manutenção das fundações como suporte à administração.

Os argumentos contrários à manutenção dessas instituições de apoio baseiam-se na estrutura viciosa das fundações privadas, que vão acumulando recursos com cobrança de taxas e a criação de cursos pagos de pós-graduação *lato sensu*. Despontam dessa situação relações de domínio e coerção, como compra de votos em conselhos universitários, influência nas reformas curriculares, escolhas de diretores e reitores, o que torna inviáveis ou irrelevantes os mecanismos de democracia interna e autonomia. Além disso, argumenta-se que às fundações não interessam investimentos em setores não lucrativos, pelo que alocam recursos apenas em áreas de interesses específicos.

Entretanto, a significativa parcela de editoras de instituições públicas colabora para que essas questões não se afastem da pauta das discussões. Desse modo, a presença de representantes de órgãos governamentais e de associações ou organismos voltados ao livro e à leitura tem sido prática nos encontros de editores universitários. A exemplo do que ocorreu em 2005, no Rio Grande do Sul, durante a XVIII Reunião Anual da Associação Brasileira de Editoras Universitárias (ABEU), prestigiada por representantes do Ministério da Cultura, da Câmara Brasileira do Livro, da Associação Nacional de Livrarias e da Câmara Rio-Grandense do Livro, confirma-se uma rotina em que as relações institucionais se fazem presentes. Nessa ocasião voltou a proposta de credenciamento de livrarias para melhor administrar o PIDL.

Desse modo, as editoras universitárias, independentemente de sua estrutura, da distância

maior ou menor dos grandes centros de produção e circulação do livro, vêm participando desses momentos em congressos, bienais do livro, feiras e eventos, tornando-se conhecidas pelo que produzem e mostram.

Associação Brasileira das Editoras Universitárias

Com vinte anos de existência completos neste ano de 2008, a Associação Brasileira das Editoras Universitárias congrega 106 editoras de instituições de ensino superior no país, representando 36 universidades particulares, 33 universidades federais, vinte estaduais, treze fundações, três autarquias e uma escola.

Vale o resgate de uma trajetória, que acompanha o movimento institucional pela consolidação de uma prática considerada um fundamento da vida acadêmica. Esse resgate inclui estruturas de ensino, projetos, eventos, acontecimentos, mas principalmente um esforço coletivo de jovens intelectuais, em sua grande maioria amadores da arte de editar e curiosos quanto aos fazeres que a acompanham. O esforço inicial, ainda na década de 1980, partiu de um grupo restrito de diretores de editoras ainda jovens, se consideradas as tradicionais e históricas congêneres britânicas, como Oxford e Cambridge.

Quadro 2

Incidência de editoras universitárias conforme região brasileira

Regiões	editoras
Centro-Oeste	11
Nordeste	21
Norte	8
Sudeste	39
Sul	27

Nessa trajetória do movimento editorial, marcado por significativas transformações políticas e institucionais e por acontecimentos nacionais e internacionais, a ABEU vem se projetando, desde sua criação, promovendo visibilidade às editoras universitárias e à produção científica, acadêmica e cultural das instituições que as abrigam.

Constata-se o crescimento dessas editoras, especialmente se recorremos a estatísticas do início da década de 1990, quando foram identificadas sessenta editoras no cenário do ensino superior no Brasil e do ano de 2001, quando o número se elevou para 77 (Bufrem, 2001, p. 378), chegando à cifra de 106, distribuídas nas cinco regiões brasileiras, conforme se observa no Quadro 2.

Bienais do Livro

Além da participação nos principais eventos científicos, tal como os da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), as editoras universitárias comparecem regularmente nas Bienais do Livro de São Paulo e Rio de Janeiro, promovendo uma intensa movimentação dos editores e proporcionando trocas, intercâmbios, projetos, evidenciando, de modo especial, a cultura das IES. Nessas ocasiões, a ABEU tem sido destaque tanto pela qualidade das obras que divulga, quanto pela extensão e impacto de sua presença.

Segundo Mollona (2003), elas dirigem-se a um público bastante específico, mas estão crescendo e têm o seu “valor”. Analisando os eventos do Pavilhão Vermelho da 11ª Bienal do Rio (2003) ela assegura ser possível conferir a força dessas editoras, próximas umas das outras, dispostas em três estandes, reunindo sessenta editoras universitárias de todo o país, incluindo-se o espaço da Associação Brasileira das Editoras Universitárias (ABEU). É esse espaço coletivo, mas nem por isso menos organizado, o cenário onde são lançados em todo o conjunto dos estandes universitários uma média de quatro a cinco livros por dia. Os temas são dos mais variados como política, literatura, música, medicina e psicologia, entre outros (Guedes, 2003).

Já na 18ª Bienal de São Paulo, a geopolítica revela que os verdadeiros donos do pedaço, na avaliação de Machado (2004), são as editoras universitárias, cristãs e de livros escolares, os três segmentos com os maiores estandes da feira que, pelo segundo ano consecutivo, foi instalada no Centro de Exposições Imigrantes. Com uma série de novidades, a Imprensa Oficial do Estado de São Paulo conseguiu um espaço de 932 metros quadrados e chamou para ocupá-lo

“convidados” como a Associação Brasileira das Editoras Universitárias, a Associação Brasileira de Imprensas Oficiais e, novidades de 2004, uma série de ONGs e a TV Cultura, que produziu um programa diário sobre o evento.

São poucos, mas elucidativos, os exemplos da capacidade de mobilização desses movimentos e eventos, cuja força de expressão revela a autonomia de um campo de produção cultural específico, dentro de uma conjuntura ainda caracterizada pela incipiência e instabilidade.

Considerações finais

Como decorrência das relações dialéticas entre o contexto e a criatividade dos seus dirigentes, a prática editorial universitária vem contribuindo para o estabelecimento de normas e valores próprios e para a conseqüente caracterização de um campo de produção simbólica autônomo. Comprovando o pressuposto de que uma categoria conquista facilmente seus propósitos quando fortalecida pela motivação e esforço coletivo, os “jovens editores históricos”, alguns ainda vivos para comprovar os frutos de seu trabalho, contribuíram para, com essa autonomia, “promover a cultura e socializar o conhecimento através da produção e difusão do livro universitário”.

Com esse impulso, a organização do campo específico da produção editorial universitária foi adquirindo relevância e funções próprias, passando a ser distinguida e valorizada no seu campo de atuação. Para isso contribuíram especialmente os movimentos daqueles que, na qualidade de diretores ou administradores, tornaram-se responsáveis pelas editoras universitárias, além das motivações externas promovidas por decisões políticas governamentais, sustentando-se assim as denominadas “marca de distinção”⁴. Suas especialidades, maneiras e estilos, aceitos como culturalmente pertinentes passam a ser, como argumenta Bourdieu,

4. Segundo Bourdieu, elementos que remetem à percepção e reconhecimento de maneiras e estilos culturalmente pertinentes, em função das taxonomias cult

“suscetíveis de serem percebidas e reconhecidas enquanto tais, em função das taxonomias culturais disponíveis em um determinado estágio de um campo dado” (1987, p. 109).

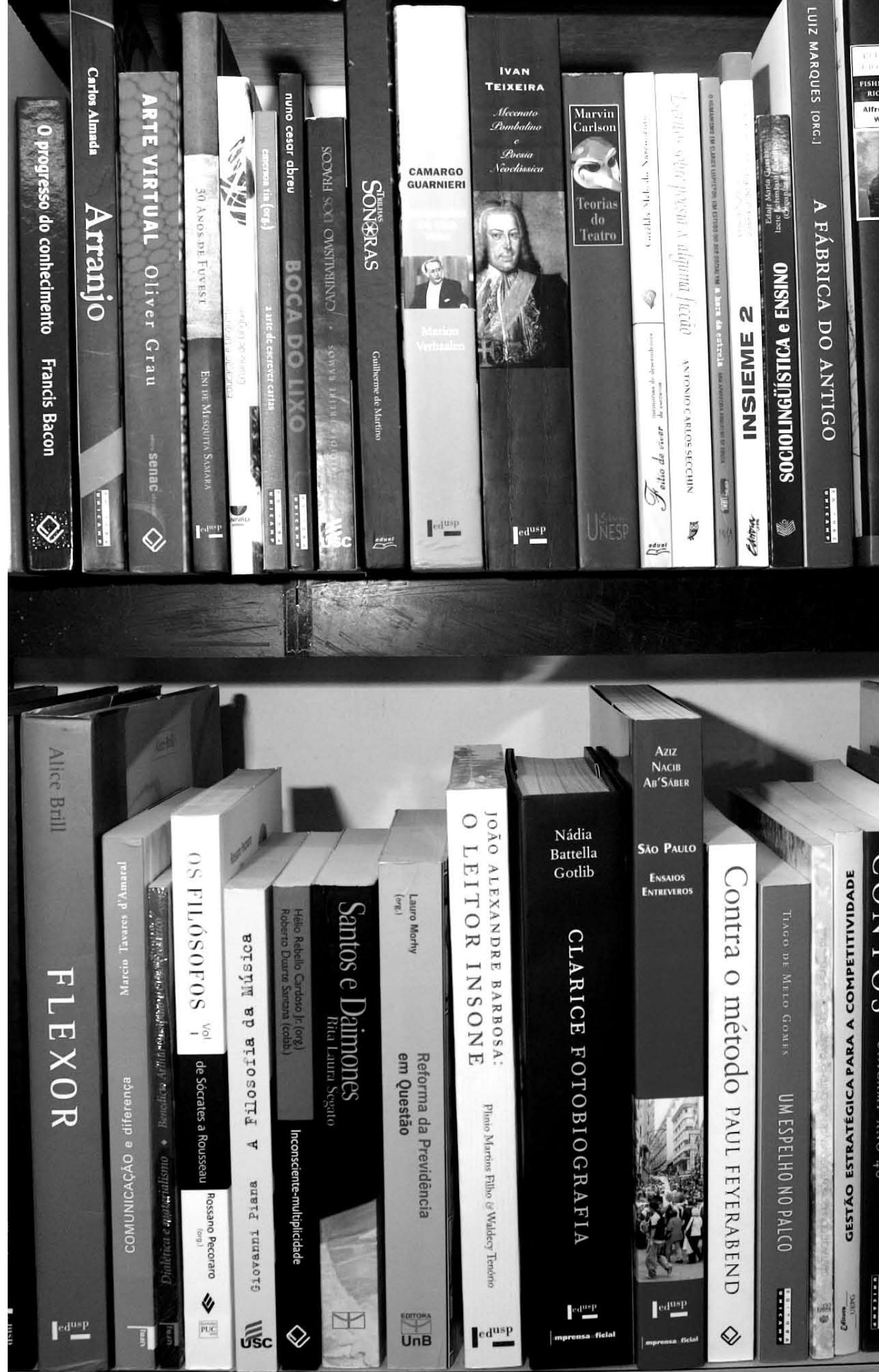
As relações perceptíveis nessa movimentação de forças têm se conjugado em práticas compatíveis e limitadas às condições conjunturais objetivas em que ocorrem as estratégias. Estas últimas estão de certa forma afinadas em condutas regradas comuns. Realizando um trabalho de aperfeiçoamento de práticas e de renovação de estímulos à produção e divulgação do trabalho intelectual docente e de fomento ao debate e à crítica da produção científica, elas também promovem a autocrítica e a valorização dos elementos culturais, peculiares ao contexto em que atuam. Fortalecem, pela proximidade com docentes e discentes, em todos os âmbitos de sua atuação comum, seja no ensino, na pesquisa ou na extensão, o aperfeiçoamento dos processos pedagógicos e a promoção da leitura, enriquecendo o referencial bibliográfico disponível para as atividades didáticas e de pesquisa e promovendo o processo de aperfeiçoamento de práticas para a produção de textos e materiais didáticos.

A recuperação dessa trajetória, embora limitada ao espaço razoável para um artigo, permite observar um processo contínuo de aperfeiçoamento de práticas provenientes tanto da mobilização dos dirigentes das editoras universitárias, quanto do intercâmbio de soluções para as questões editoriais que se acumulam no cotidiano desses dirigentes. Permanecem, entretanto, desafios decorrentes de questões que extrapolam as qualificações pessoais dos administradores e a força que os movimentos transmitem a suas ações, entre eles, problemas administrativos relacionados à distribuição e comercialização das obras.

Além disso, as editoras universitárias têm como principal fonte de renda os convênios com as próprias instituições de ensino e os recursos gerados através da venda de livros. Constituindo-se em sua maioria em empresas sem fins lucrativos, persistem as editoras universitárias à espera de uma estrutura exequível do ponto de vista jurídico e compatível com as condições do modelo econômico vigente.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. *Editoras Universitárias Brasileiras – 1989/90*. Goiânia, 1989.
- 20 Anos. Disponível em www.abeu.org.br; acesso em 4 jan. 2008.
- BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Ensino Superior. *Programa Nova Universidade*. Brasília, 1987.
- BUFREM, Leilah Santiago. *Editoras Universitárias no Brasil: Uma Crítica para a Reformulação da Prática*. 1. ed. São Paulo: Edusp; Com-Arte; Curitiba: Ed. UFRP, 2001.
- CAMPOS, José Francisco Borges. “Editoras Universitárias, Editar ou Perceber”. In: Seminário Nacional de Editoras Universitárias 3. *Anais...* Campinas, Ed. Unicamp, 1986, pp. 108-110.
- EDITORAS UNIVERSITÁRIAS. Brasília: SBPC, 1987.
- EDITORA da UnB. Brasília, Edu, 1989.
- FAVA, Antônio Robert. “A Universidade em Livros”. *Jornal da Unicamp*, maio, 2000, p. 9. Disponível em: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/mai2000/pagina9-Ju151.html Acesso em 20 jan. 2008.
- GARCEZ, Lucília Helena do Carmo. “Política Editorial Universitária”. In: MESQUITA, João Vianney C. de. *Sobre Livros: Aspectos da Editoração Acadêmica*. Fortaleza, UFC, 1984, p. 53-61.
- GUEDES, Maria do Carmo; PEREIRA, Maria Eliza Mazzilli. “Editoras Universitárias: uma contribuição à indústria ou à artesanato cultural?”. *São Paulo em Perspectiva*, vol. 14, n. 1, 2000. Disponível em: www.scielo.br; acesso em: 30 jan. 2008.
- GUEDES, Maria Júlia. Depoimento à MOLLONA, G. “Editoras Universitárias Crescem e Incentivam Independência”. *Folhaonline*. 21. mai. 2003. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada>, acesso em: 20 fev. 2008.
- LUZATTO, Darcy Caetano. “Organização Editorial e Formação Profissional”. In: *Seminário sobre Publicações Oficiais Brasileiras* 5. 1983. *Anais...* Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1985.
- MACHADO, Cassiano Elek. “Editoras universitárias e cristãs viram donas do pedaço na Bial”, 15 abr. 2004. Disponível em: www1.folha.uol.com.br/folha/ilustrada, acesso em 20. fev. 2008.
- MESQUITA, João Vianney Campos de. *Sobre Livros: Aspectos da Editoração Acadêmica*. Fortaleza, UFC, 1984.
- MOLLONA, Giovana. “Editoras universitárias crescem e incentivam independência”. *Folhaonline*. 21. mai. 2003. Disponível em www.folha.uol.com.br/folha/ilustrada, acesso em 20 fev. 2008.
- PINSKY, Jaime. “Rachaduras na Torre de Marfim”. In: Seminário Nacional de Editoras Universitárias 3. *Anais...* Campinas, Ed. da Unicamp, 1986, pp. 83-86.
- SAMPAIO, Ailton José de Oliveira. “PIDL: Alternativa para Popularizar e Socializar o Saber”. In: Seminário Nacional de Editoras Universitárias 3. *Anais...* Campinas, Ed. da Unicamp, 1986, pp. 25-29.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS 3. *Anais...* Campinas, Ed. da Unicamp, 1986.
- SEMINÁRIO NACIONAL DE EDITORAS UNIVERSITÁRIAS 2. *Anais...* Salvador, UFBA, 1985.
- SEMINÁRIO SOBRE PUBLICAÇÕES OFICIAIS BRASILEIRAS 5, 1983. Brasília. *Anais...* Brasília, Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1985.



A voz das editoras privadas

Diante do desafio de estabelecer o lugar das editoras universitárias no contexto sociocultural e político brasileiro, há quem possa pensar que as editoras privadas – cuja atividade deve prever um olhar mais voltado ao lucro do que as editoras universitárias – ressentam-se do subsídio recebido pelas universitárias. Sobre esse assunto, ouvimos três editores respeitados no mercado brasileiro. Veja o que eles pensam.

Angel Bojadsen (Estação Liberdade)

Não há uma competição especial (entre as editoras privadas e as universitárias) por serem universitárias. As universitárias acabam sendo concorrentes como quaisquer outras editoras da praça na aquisição de alguns títulos, mas nem tanto em termos de mercado. De forma geral, temos tempo de reação (e de negociação) mais rápido que as universitárias. Em contrapartida, elas têm a vantagem de poder fazer pelo menos uma parte de livros a fundo perdido, e terem os professores e pesquisadores que funcionam como editores sem remuneração. Mas tiramos a diferença de outras formas, como uma maior agilidade na distribuição e na divulgação, inclusive na imprensa. Não é o caso de fazer uma tabela de vantagens e desvantagens, mas no fim, as coisas se equilibram mais ou menos. Acho bom para a cultura do país que as universitárias sejam atuantes e não apenas chapa-branca. É bom que elas façam também livros viáveis. Vejo-as na mesma luta que nós pela diversidade de títulos, o que chamamos de bibliodiversidade. Nossos competidores, nossas dificuldades, se encontram em outros lugares: livrarias frágeis e descapitalizadas, falta de hábito de leitura, falta de prioridade para livros nos orçamentos familiares, reprografia abusiva, ilegal e predatória, falta de espaço em livrarias para publicações mais difíceis. Isso atinge igualmente as universitárias e as comerciais independentes.

Em termos de linha editorial, há uma complementaridade ao acaso. Não nos pautamos muito pelo que fazem as universitárias. Em geral respeitamos a primazia de uma editora quando ela já tem um autor; e vice-versa. Em outros casos, com a mesma editora, decidimos editar o autor juntos, com uma cooperação de ótimos resultados. Só não fazemos mais co-edições, pois há vantagens em ser editores exclusivos dos autores mais importantes.

Há uma limitação de aceitação por parte das livrarias mais exigentes em termos de agilidade de atendimento, mas há também o preconceito arraigado de que as universitárias fazem livros difíceis de comercializar; ou ainda publicações oficiais sem interesse, mas as universitárias têm seus *best-sellers* também, como o *Dicionário de Política* do Bobbio & Co., pela UnB, ou *O Horror Econômico*, da Viviane Forrester, pela Unesp. As mais ágeis das universitárias se viram bem no varejo.

Luiz Schwarcz (Companhia das Letras)

Não vejo problemas (de competição entre editoras universitárias e privadas). Com a profissionalização das editoras, as editoras universitárias tendem a ocupar o espaço adequado, publicando textos mais acadêmicos e de pesquisa de ponta que não cabem na linha editorial das editoras comerciais, ou melhor, privadas. Sempre haverá intersecções, mas não chegam a causar embaraço algum. O papel das editoras universitárias é complementar ao das editoras privadas.

Boa parte da história editorial brasileira passa pela edição de livros universitários. A política brasileira coincide com a vida universitária. Vários professores universitários caminharam para a política passando pela resistência à ditadura que muitas vezes se expressou através dos livros. Assim há uma tradição universitária na vida editorial brasileira benéfica, mas que tende a mudar, deixando os textos mais acadêmicos para editoras específicas ligadas diretamente às universidades ou voltadas exclusivamente a elas. Não há impasses, mas sim especificidades e mudanças naturais.

Samuel Leon (Editora Iluminuras)

A atividade das editoras universitárias, como é hoje, deve-se ao João Alexandre Barbosa (editor que, a partir de 1988, reformulou a atuação da Edusp). O trabalho dele mudou as editoras universitárias. As editoras privadas e públicas têm uma relação complementar; porque as universitárias, por exemplo, publicam textos de professores, abrem espaço para pesquisadores. As universitárias ajudaram a abrir caminho para as editoras privadas, introduzindo autores que não tinham visibilidade, temas, pesquisas e novas áreas de estudo. Assim, as privadas incorporam novos materiais, enquanto as universitárias têm papel importante na formação de público.

Os desafios não são em relação às editoras universitárias, mas sim à concentração de mercado, de grandes grupos consolidando livrarias. O pequeno livreiro está desaparecendo e as grandes editoras, ocupando todo o espaço. É uma concorrência que prejudica culturalmente. Já a editora universitária é um ganho, tem um trabalho louvável, de ampliação de público. A editora universitária tem que sustentar pesquisas, publicações mais restritas. Tem que se dedicar aos acervos das universidades. Tudo vem somar. Não vejo a editora universitária como um concorrente diferenciado. No nosso caso, só paramos de fazer co-edições porque em alguns casos a concorrência era desigual, pois o público estava dentro das universidades. Mas o subsídio não fere nenhuma lei de mercado, as editoras universitárias lutam por espaço como qualquer outra. Eu vejo as editoras universitárias com bons olhos, tanto como editor quanto como leitor. Elas abrem espaço. O fato de não estarem ligadas direto ao mercado é uma vantagem, pois podem lançar obras fundamentais para um público restrito. Isso é um ganho cultural.

Angel Bojadsen



Luiz Schwarcz



Samuel Leon



Literatura

Ivan Teixeira

Conceito & Divisão

Como em quase tudo na vida, o estudo da Literatura requer entusiasmo. Depois, vem a bibliografia, momento em que surge não só a necessidade de persistência, mas também de disposição para a minúcia. A prática bibliográfica põe à prova os fundamentos do entusiasmo, pois pressupõe pesquisa e estudo. Resultante da tradição de leitura, a bibliografia não só estabelece o sentido e o valor do texto literário, como também define sua função e suas propriedades. Entender uma obra não é apenas apreender os contornos de sua estrutura, mas associar o efeito produzido por ela com os diversos significados que a ela se agregaram ao longo de sua existência como artefato verbal e como evento cultural.

O estudo da Literatura pressupõe, no mínimo, dois tipos de leitura: a das obras de arte e a dos livros que se escreveram sobre elas ou sobre a série cultural a que pertencem. Para estabelecer a diferença entre esses dois tipos de bibliografia, diz-se que uma é *primária*; a outra, *secundária*. O contato com ambas as espécies requer precauções. Ao ler um romance ou coletânea de poemas

já incorporados à tradição, é recomendável que o leitor escolha uma edição bem cuidada, o que pode ser averiguado pelo aparato crítico e pela responsabilidade intelectual que a acompanham. Uma edição organizada por profissional academicamente qualificado possui menos probabilidade de conter erros ou distorções indesejáveis. Critérios editoriais, estabelecimento de texto, prefácios, apêndices documentais, notas de pé de página, posfácios, fortuna crítica e glossários são componentes importantes para a organização de uma edição confiável.

Espécies bibliográficas

Em princípio, as chamadas edições críticas são as mais recomendáveis para leitura consciente de obras já incorporadas à tradição. Todavia, nem sempre essa característica atribui fidelidade e correção ao texto. Exemplo de edição crítica não confiável é a de *Dom Casmurro*, organizada pela Comissão Machado de Assis (Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1969). A introdução filológica e os critérios para o estabelecimento do texto são ótimos, mas a composição tipográfica contradiz esse rigor,





verbo.

visto que contém muitos erros e alguns saltos comprometedores. Modelos de edição crítica confiável seriam, entre outras, a de *Iracema*, preparada por Manuel Cavalcante Proença (Rio de Janeiro, José Olympio, 1965) e a de *Macunaíma*, coordenada por Telê Ancona Lopez (Paris/Brasília, Coleção Arquivos, 1988). Embora esse tipo de edição, quando bem realizada, constitua meio autorizado de contato com a obra, há casos em que se faz necessária a consulta à primeira edição ou à última lançada em vida do autor. Em estudo sistemático de *Sagarana*, por exemplo, o pesquisador deverá partir da quinta edição, visto que somente aí Guimarães Rosa encerrou sua busca pela funcionalidade da forma.

Quanto à utilização da bibliografia secundária (história literária, biografia, ensaio, resenha, teoria), não se deve, como nos demais casos de documentação impressa, perder de vista a historicidade do texto. As verdades não estão acima da história. Cada ensaio se constrói segundo um ponto de vista circunstancial, que depende não só das concepções do autor, mas também das convenções coletivas de seu tempo. É preciso cuidado para não se tomar como verdade universal a convicção de um período específico. No final do século XX, um grande jornal de São Paulo afirmou, em matéria na secção de cultura, que Machado de Assis era *modernista*. Após a leitura do texto, tornava-se óbvio que o autor, inadvertidamente, extraíra a noção da *História da Literatura Brasileira* de José Veríssimo, publicada em 1916. Por ser seu contemporâneo, Veríssimo considerava Machado *moderno*, o que não o transforma propriamente num *modernista*. Ignorando a historicidade do texto, o jornalista tomou como dado absoluto uma noção relativa, que o induziu a erro.

História da Crítica & Teoria

Deve-se suspeitar do critério de autoridade em matéria bibliográfica. É evidente que um estudioso consagrado corre menos risco de errar do que um especialista sem muita experiência. Mas isso não deve conduzir o leitor a acreditar cegamente nos grandes nomes. Os modelos se alteram; as novidades envelhecem. Seduzidos pelo prestígio do autor, alguns leitores reproduzem princípios e noções sem a devida assimilação. Quando um *scholar* se torna clássico, deve ser considerado mais interessante à história da crítica do que a uma compreensão atual de questões literárias. Para evitar o perigo da citação pelo prestígio do nome, o que às vezes decorre de interesse prático não muito apreciável, o leitor deve buscar apoio na história da crítica, por meio da qual aprenderá colocar os autores em contexto. No Brasil, não se pratica muito a história dos conceitos, mas existem, pelo menos, dois livros recomendáveis sobre a matéria: *A Crítica Literária no Brasil*, de Wilson Martins (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1983) e *Caminhos do Pensamento Crítico*, organizado por Afrânio Coutinho (Rio de Janeiro/Brasília, Pallas S.A./INL-MEC, 1983). Recentemente, publicou-se uma interessante *Introdução à Historiografia da Literatura Brasileira*, de Roberto Acízelo de Souza (Rio de Janeiro, Eduerj, 2007).

Uma bibliografia básica para o estudo da Literatura deve, ainda, incluir duas preocupações: a escolha de uma diretriz conceitual e o contato com a história literária. A escolha da perspectiva conceitual requer conhecimento das correntes do pensamento crítico. Nesse setor, o estudioso deverá recorrer a obras estrangeiras, traduzidas ou não. De René Wellek e Austin Warren deve-se conhecer *Teoria da Literatura* (São Paulo, Martins Fontes,

2003). Resultado de grande esforço de concentração, este livro, que foi referência entre 1950 e 1980, prova-se indispensável ainda hoje. Anterior a ele e superior em importância é a antologia *Teoria Literária: Formalistas Russo*s, organizada no Brasil por Dionísio de Oliveira Toledo (Porto Alegre, Globo, 1973). O contato com essa doutrina sugere o retorno a Aristóteles e a Horácio, cujas poéticas devem ocupar o centro irradiador de qualquer estudioso em fase de formação. Embora haja tradução setecentista da *Poética* de Aristóteles para o português, a única direta do grego disponível atualmente é a de Eudoro de Sousa, com inúmeras tiragens, cujos comentários e notas auxiliam a compreensão das grandes questões aristotélicas. Para Horácio, compensa o esforço de procurar a versão anotada de Francisco José Freire, ainda corrente na primeira metade do século XIX. Depois da leitura desses dois autores da antiguidade, convém voltar ao século XX e ler, com particular interesse, “Introdução à Análise Estrutural da Narrativa”, de Roland Barthes, editado em *Análise Estrutural da Narrativa* (Rio de Janeiro, Vozes, 1971). A investigação de inclinação ideológica terá bom início com *Teoria do Romance*, de Georg Lukács (São Paulo, Duas Cidades / Editora 34, 2000), depois do que se devem buscar ensaístas da Escola de Frankfurt, como Theodor Adorno e Walter Benjamin, entre outros.

Manuais

No âmbito dos manuais, deve-se consultar, em primeiro lugar, *Teoria Literária*, de Jonathan Culler (São Paulo, Becca, 1997). Trata-se de uma estimulante apresentação de muitas das principais questões que devem ocupar o espírito de um estudioso atualizado e participante. Para conhecimento das escolas de crítica no século XX, recomenda-se *Teoria da Literatura*, de Terry Eagleton (São Paulo, Martins Fontes, 1989). Mais antigo, mas igualmente recomendável é *Análise e Interpretação da Obra Literária*, de Wolfgang Kayser (São Paulo, Martins Fontes, várias edições). Será também útil o contato com *Teoria da Literatura*, de Victor Manuel de Aguiar e Silva (Coimbra, Almedina, várias edições). No Brasil, o compêndio mais sistemático e abrangente parece ser *A Criação Literária*, de Massaud Moisés (São Paulo, Melhoramentos e Cultrix, várias edições).

História da história

A historiografia literária brasileira começa com estudiosos europeus do período romântico, entre os quais se contam Friedrich Bouterwek, Ferdinand Denis e Almeida Garrett. Guilhermino César organizou ótima antologia desse período inaugural, intitulada *Historiadores e Críticos do Romantismo* (São Paulo, Livros Técnicos e Científicos/Edusp, 1978). Desenvolvendo o projeto europeu, alguns eruditos brasileiros imprimiram uma diretriz francamente nacionalista ao estudo da Literatura no país, entendendo-a, basicamente, como projeção da alma nacional. Desde então, o critério dominante na valorização dos

autores tem sido a presumível capacidade de contribuir para o entendimento dos mistérios e destinos do Brasil. Entre esses autores primordiais encontram-se Gonçalves de Magalhães, Santiago Nunes Ribeiro (nascido no Chile), Januário da Cunha Barbosa, Joaquim Norberto de Sousa Silva, Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro e Francisco Adolfo Varnhagen. Elaboraram sínteses historiográficas, antologias, biografias e edições de autores coloniais. Pretendendo contribuir para a formação e o conhecimento da Pátria, apoiavam-se tanto na erudição filológica quanto na anedota histórica e no esboço de psicologia sentimental.

No período realista, domina a figura contagiante de Sílvio Romero, a cuja *História da Literatura Brasileira* (1888) aplicou os pressupostos científicos do tempo, enfatizando os componentes climáticos, raciais e culturais na compreensão do fenômeno artístico. Circula em versão adulterada pelos herdeiros (Rio de Janeiro, José Olympio, 1960). Segue-se a ele o rival José Veríssimo, que entende a arte por uma perspectiva estética fundada no gosto pessoal e num suposto refinamento do juízo crítico, sem desconsiderar também o princípio da expressão psicológica e o da representatividade nacional. Livro antipático. Circula em sucessivas edições da José Olympio Editora. Com sua *Pequena História da Literatura Brasileira* (Rio de Janeiro, Briguiet, 1919), Ronald de Carvalho inaugurou uma espécie de erudição portátil em síntese amena, que teria apreciáveis desdobramentos no século XX, em cuja linhagem se inscrevem Alfredo Bosi (*História Concisa*, São Paulo, Cultrix, 1970, com mais de quarenta reedições) e José Guilherme Merquior (*Breve História*, Rio de Janeiro, José Olympio, 1977). Não só o ecletismo os unifica, mas também o desejo, quase sempre realizado, de dizer muito com pouco.

Hegemonia

Antonio Candido é a figura mais reconhecida na crítica e na historiografia literária da segunda metade do século XX. Parece aceitável supor que o poder de análise, a eficiência na organização bibliográfica, a objetividade dissertativa, a clareza do pensamento e o domínio artístico da frase colocam *Formação da Literatura Brasileira* (São Paulo, Martins Editora, 1959; São Paulo, 10ª. Ed., Editora Ouro Sobre Azul, 2006) ao lado de *Os Sertões* e de *Casa Grande e Senzala*, obras também empenhadas na interpretação do Brasil. Em que pese as diferenças de cada uma, as três se apresentam como cristalizações invulgares das respectivas convicções. Em síntese, pode-se imaginar que se trata de versão neo-iluminista do modelo instituído pelos românticos. Se esse livro tem provocado discussões quanto ao conceito de sistema literário, persiste como admirável padrão de prosa argumentativa e de análise intrínseca do texto artístico, de que é exemplo o episódio em que descreve e interpreta “Leito de Folhas Verdes”, de Gonçalves Dias.

verbo.

Alguns lançamentos de Editoras Universitárias para a Bienal Internacional do Livro de São Paulo

EDITORIA METODISTA DE SÃO PAULO

O inconsciente e a clínica psicanalítica, Maurício Hermann (org.), 136 p.
Itinerário para uma Pastoral Urbana – Ação do Povo de Deus na Cidade, Geoval Jacinto da Silva (org.), 136 p.
Educação e realidade brasileira: 25 obras do século XX no campo da pedagogia, Elydio dos Santos Neto e Marília Claret Geraes Duran, 122 p.

EDITORIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV)

Legislação de Alimentos, José Carlos Gomes, 635 p.
O Novo Manual de Olericultura, Fernando Antônio Reis Figueira, 421 p.
Entre a Roça e o Engenho, Francisco Eduardo de Andrade, 255 p.
Vidas Alagadas, Franklin Daniel Rothman (ed.), 344 p.

EDUSF

Parmênides, Martin Heidegger; Sérgio Mário Wrublevski (trad.), Renato Kirchner (rev.), Edusp/ Vozes, 238 p.

EDITORIA DA UFPA

Pajelança e Religiões Africanas na Amazônia, Org. Raymundo Heraldo Maués e Gisela Macambira Villacorta, R\$ 35,00
Breviarium – Para Refletir Como o Padre Antônio Vieira, Amarilis Tupiassú, R\$ 30,00.
A Palavra Divina na Surdez do Rio Babel – Com cartas e papéis do padre Antônio Vieira, Amarilis Tupiassú, R\$ 30,00.

EDIFIEO

Industrialização Brasileira no Século XX, Marco César de Araújo, 112 p.
Sonhar é Preciso – Comunidade e Política nos tempos da ditadura, Guaçu Piteri, 560 p.
Dos Números à Geometria: a História da matemática na Antigüidade, Maria Elisa Galvão, 208 p.

EDUSP

Novo Dicionário do Livro: Da Escrita ao Multimídia, Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão.
Mikhail Bakhtin: Criação de uma Prosaística, Gary Saul Morson e Caryl Emerson.
Principia, livros 2 e 3, Isaac Newton.
A Invenção da Argentina, Nicolas Shumway.
Árvores da Floresta Estacional Semidecidual: Guia de Identificação de Espécies, Vários autores.
Via Láctea: Nossa Ilha no Universo, Jacques Lépine.
A Escada de Wittgenstein, Marjorie Perloff.
Kaleidosfone, Nelson Aprobato Filho.
O Ensino Secundário no Brasil Império, Maria de

Lourdes Haidar.
Entre Gueixas e Samurais, Atílio Avancini (Edusp / Imprensa Oficial).
Geografia Política e Geopolítica, Wanderley Messias da Costa, 352 p.
Formação do Brasil Colonial. Pré-capitalismo e Capitalismo, Sedi Hirano.
Discurso, Ciência e Controvérsia, Org. Leopoldo Bernucci.

As Sugestões do Conselheiro: A França em Machado de Assis. Esaú e Jacó e Memorial de Aires, Gilberto Pinheiro Passos (Série 100 Anos de Machado de Assis), Edusp / Nankin Editorial.
Recortes Machadianos, Org. Ana Salles Mariano e Maria Rosa Duarte de Oliveira (Série 100 Anos de Machado de Assis), Edusp / Nankin, Editorial.
Urdidura do Vivido. Visão do Paraíso e a Obra de Sérgio Buarque de Holanda nos Anos 1950, Thiago Lima Nicodemo.

IMPRESA OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Terra Paulista – Trajetórias Contemporâneas, Coord. Maria Alice Setúbal, Imprensa Oficial/CENPEC.
Viagem de um Alemão à Itália, Karl Philipp Moritz, Imprensa Oficial/Humanitas.
Imprensa Brasileira – Personagens que fizeram história, vol.3, Coord. José Marques de Melo, Imprensa Oficial/Instituto Metodista.
Retratos da Leitura no Brasil, Galeno Amorim (org.), Imprensa Oficial/Instituto Pró-Livro.
Arte, Crítica e Mundialização, Org. Mariza Bertoli e Verônica Stinger, Imprensa Oficial/Associação Brasileira de Críticos de Arte.
Dias de Faulkner, Antônio Dutra.
Suíte 1 – Coleção Palco Sur Scène, Phillippe Minyana, Imprensa Oficial/Aliança Francesa/Consulado Geral da França.
Renato Borghi – Borghi em revista, Élcio Nogueira Seixas (Coleção Aplauso).
Victor Berbara – O homem de mil faces, Tania Carvalho (Coleção Aplauso).

EDUFBA

O Corpo, o Comer e a Comida, Lígia Amparo da Silva Santos.
Drogas e Cultura: Novas perspectivas, Orgs. Beatriz Caiuby, Sandra Goulart, Maurício Fiore, Edward MacRae, Henrique Carneiro, 440 p.

EDITORIA UNIFESP

A Formação Médica Na UNIFESP – Excelência e compromisso social, Org. Rosana Fiorini Puccini, Lucia de Oliveira Sampaio, Nildo Alves Batista, 312 p.

OFICINA DO LIVRO 4

ENTREVISTA 5 Henryk Siewierski (UnB) *Manuel da Costa Pinto*

LIVROS SOBRE LIVROS 9 José Olympio, a casa e o homem *Marcello Rollemberg*

11 *Revolução Silenciosa* *Manuel da Costa Pinto*

ACERVO 15 *Memória ao alcande de todos* *Raquel Paulino e Tiago Archela*

ENSAIO 19 *Práticas Editoriais e o Ensino Superior no Brasil – 20 anos da Abeu* *Leilah Santiago Bufrem*

OUTRO LADO 32 *A voz das editoras privadas*

BIBLIOTECA BÁSICA 34 *Literatura* *Ivan Teixeira*

LANÇAMENTOS 38

colaboradores desta edição

IVAN TEIXEIRA, crítico literário e professor licenciado da ECA/USP, é professor de Literatura Brasileira na Universidade do Texas/Austin

LEILAH SANTIAGO BUFREM, professora e pesquisadora da Universidade Federal do Paraná e autora do livro *Editoras universitárias no Brasil* (Edusp/ Com-Arte/ EdUFPR)

MANUEL DA COSTA PINTO, jornalista e crítico literário, colunista da *Folha de S. Paulo* e apresentador do programa Letra Livre (TV Cultura/SP)

MARCELLO ROLLEMBERG, jornalista, escritor e professor universitário, é diretor de redação do *Jornal da USP*

RAQUEL PAULINO, jornalista

TIAGO ARCHELA, jornalista

verbo.

Revista da Associação Brasileira de Editoras Universitárias. agosto 2008.

diretoria de comunicação da ABEU

Plínio Martins Filho

assessoria de comunicação

Jorge Vasconcellos

jornalista responsável

Marcello Rollemberg

projeto gráfico

Marcela Souza

revisão

Aparecida Roxo

fotos capa e p. 18 – Romulo Fialdini; p. 5, 14, 15, 16, 34, 35 – Francisco Emola/Jornal da USP; p. 8, 10, 11 – reprodução *Rua do Ouvidor 110*; p. 16 – *Editando o Editor 4*; p. 31 – Cecília Bastos/Jornal da USP.

impressão e acabamento Imprensa Oficial

ABEU – Associação de Editoras Universitárias

diretoria BIÊNIO 2007-2009

presidente Valter Kuchenbecker – ULBRA
vice-presidente Flavia Goulart Mota

Garcia Rosa – EDUFBA

diretor secretário João Carlos Canossa P.

Mendes – ED. FIOCRUZ

diretor financeiro Honório Rosa

Nascimento – UFSM

diretora de eventos Sheila Diab Maluf

– EDUFAL

diretor de comunicação Plínio Martins

Filho – EDUSP

DIRETOR DE DIFUSÃO EDITORIAL Alcides

Buss – UFSC

diretor norte Nilson Santos – EDUFRO



Homenagem aos 1000 títulos

O opúsculo *O Livro*, de Jorge Luis Borges, é uma verdadeira declaração de amor à palavra impressa. O livrinho foi publicado pela Edusp em homenagem ao lançamento dos 1000 títulos da editora. Se você desejar recebê-lo, entre em contato pelo e-mail pliniomartins@usp.br e peça seu exemplar.

diretora nordeste Maria Nadija Nunes Bittencourt – EDUNEB
diretora centro oeste Elizabeth Madureira Siqueira – EDUFMT
diretor sudeste Renato Casimiro – EDUERJ
diretora sul Neide Maria Jardinet Zanolli – EDUEL
secretário Rubens Nery

Av. Fagundes Filho, 77 – sala 24 – Vila Monte Alegre
 São Paulo – SP – cep 04304-010
t 11 5078 8826
www.abeu.org.br
abeu@abeu.org.br

